

Acção Socialista



Nº 1282 27 Abril 2007

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

VÍTOR BAPTISTA, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DE COIMBRA

“Maioria da Câmara é responsável pelo evidente declínio de Coimbra”



9

34º ANIVERSÁRIO DO PS

“Não somos só o partido da democracia mas também o partido da qualidade da democracia”



18

Eleições regionais

20

Com o PS a Madeira vai ganhar

Debate mensal na AR

3

Sócrates quer mudança radical na gestão do território

Entrevista a Ana Paula Vitorino

7



Bilhete em alta velocidade entre Lisboa e Madrid vaicustar 100euros



Câmara de Lisboa
Editorial de Miguel Coelho

SUPLEMENTO

Nesta Edição



A MADEIRA VAI GANHAR!

ESTAMOS PREPARADOS | **PS**
MADEIRA

EDITORIAL

CREDIBILIDADE DA CÂMARA E DO PSD
EM LISBOA ATINGIU O GRAU ZERO

MIGUEL COELHO
Presidente da Concelhia
de Lisboa

MAIS uma vez por más razões Lisboa volta a estar na ordem do dia.

Segundo diversas informações veiculadas pela Comunicação Social e de certo modo confirmadas pelo PSD e pela presidência da Câmara Municipal de Lisboa, já no início da próxima semana o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o eng. Carmona Rodrigues, será ouvido no âmbito do processo Bragaparkes na qualidade de arguido.

Sem prejuízo de convictamente entender que à condição de arguido não é lícito extrair qualquer ilação de condenação ou de presunção de culpabilidade e tendo também como assente que não está no historial do PS solicitar a demissão de um eleito por se encontrar nesta condição, a verdade é que estamos confrontados com mais um passo no sentido daquele patamar já inultrapassável da perda total da credibilidade e confiança das pessoas nas suas instituições e respectivos eleitos.

Conscientes desta realidade, a interrogação que merece ser colocada em primeiro lugar é a de nos questionarmos como é que foi possível que se tivesse chegado a este ponto?

A resposta só poder ser uma. Chegou-se a este ponto devido a uma escalada de acontecimentos à qual a maioria do PSD foi incapaz de dar as respostas adequadas, respostas, naturalmente políticas, sem prejuízo das investigações judiciais. Quero dizer com isto, por exemplo, que é minha convicção de que se a maioria municipal tem anulado, aliás como o PS o propôs, a hasta pública referente aos terrenos da Feira Popular, não se teria chegado a este ponto. Infelizmente, chumbaram esta proposta. Este exemplo aplica-se a outras situações, todas elas potenciadoras de interpretações quanto à sua transparência, situações essas perante as quais esta maioria não soube encontrar as respostas

Como o dr. Marques Mendes criou a original jurisprudência interna ao seu partido de que candidatos arguidos não podem exercer funções, é fácil de concluir que está metido num enorme “beco sem saída”

adequadas do ponto de vista político, sem prejuízo das investigações judiciais.

Carmona Rodrigues ao não compreender que tinha o dever de agir por antecipação, o dever de tudo fazer para que tudo fosse aos olhos da opinião pública transparente mesmo que os seus assessores jurídicos lhe garantissem tal facto, contribuiu, decisivamente, para esta perda de credibilidade.

A segunda interrogação é a de se perceber porque é que desde a sua eleição como presidente da Câmara nunca se viveu na autarquia uma situação de estabilidade política?

A resposta a esta questão tem de ser encontrada no seio da maioria da distrital do PSD e na sua liderança nacional, muito particularmente no dr. Marques Mendes. Na distrital, porque desde o início foi patente a divisão entre os eleitos pela distrital e os candidatos da confiança pessoal de Carmona Rodrigues. Recordo-me ainda da “violência” com que a ex-vereadora Gabriela Seara era atacada pelos seus próprios correligionários na Assembleia Municipal, ou com que Fontão de Carvalho era “invejado” pela alegada influência que detinha no interior do Executivo municipal. Nunca

houve uma verdadeira atitude de solidariedade do PSD para com Carmona Rodrigues. Basta consultar as actas das sessões da Assembleia Municipal para se verificar esta realidade. Mas Carmona também aqui falhou. O que fez para inverter esta situação? Na realidade a tudo assistiu passivamente. Não foi capaz de se confrontar com Paula Teixeira da Cruz e com Marques Mendes, exigindo-lhes solidariedade manifestada através de um “meter na ordem” do partido. Antes pelo contrário, permitiu a interferência cada vez mais acentuada do dr. Marques Mendes nos assuntos internos da autarquia, que chegou ao ponto de estilhaçar a coligação com o CDS de Nogueira Pinto.

Na realidade o dr. Marques Mendes tornou-se numa espécie de “presidente da Câmara-sombra”, decidindo no lugar de Carmona Rodrigues os lugares a atribuir nas empresas, os pelouros dos vereadores e o fim das coligações. Para completar a tragédia da autarquia, não houve o discernimento de ao menos se tentar sanar as finanças municipais, cujo aumento da dívida – escalada iniciada com Santana Lopes – se agravou exponencialmente, chegando-se ao ponto de as receitas municipais já não cobrirem as dívidas.

Perante esta realidade há que exigir ao PSD e muito particularmente ao dr. Marques Mendes as suas responsabilidades. A Concelhia do PS/Lisboa aguarda com expectativa as soluções que o PSD e Marques Mendes terão de apresentar à cidade. De uma coisa estamos certos: a credibilidade da autarquia e do PSD na cidade atingiu o grau zero, e não são legítimas alternativas que ao eleitorado não foram colocadas em devido tempo. Como o dr. Marques Mendes criou a original jurisprudência interna ao seu partido de que candidatos arguidos não podem exercer funções, é fácil de concluir que está metido num enorme “beco sem saída”.

Regularize as suas quotas

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

1. Depósito bancário em dinheiro ou cheque;
2. Transferência bancária

Conta:

Millennium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES

Nº 452 341 62873

NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.

3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:

ENTIDADE

20132

REFERÊNCIA

0000...+N.º DE MILITANTE

(total de 9 dígitos)

MONTANTE

Quota normal:

Semestral - 12,00 eur; anual - 24,00 eur

Quota reduzida:

Semestral - 6,00 eur; anual - 12,00 eur

Contamos consigo!



Linha Azul
808 201 695

Governo reforça meios da GNR e PSP

O REFORÇO de equipamentos e instalações da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública (PSP) vai implicar um investimento público de 427 milhões de euros, a ser distribuído pelos próximos cinco anos, entre 2008 e 2012.

A informação foi avançada pelo ministro de Estado e da Administração Interna, António Costa, à saída do Conselho de Ministros, adiantando ainda que para este ano está já previsto um investimento de 38 milhões de euros.

Esta decisão visa proporcionar à GNR e à PSP instalações melhoradas, novos veículos, novos sistemas de comunicação e informação e mais equipamentos, entre armamento e coletes protectores.

“É um reforço muito significativo no investimento em instalações e equipamentos para a GNR e para a PSP continuamente ao longo dos próximos cinco anos”, sublinhou António Costa, acrescentando que “vamos ter nos próximos cinco anos, em média, 80 milhões de euros investidos, o que significa mais do que duplicar as verbas para um reforço de instalações e equipamentos”.

Segundo este governante, os 427 milhões de euros não originarão um aumento do défice porque



o investimento será assegurado, entre outros, com o PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) e com fundos comunitários.

Por outro lado, há ainda “35 milhões de euros de parceria público-privada destinada à construção e exploração dos serviços de apoio da Escola Prática da Guarda”, disse.

Sócrates quer mudança radical na gestão do território

A revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, do regime jurídico da urbanização e edificação, a criação de um regime jurídico especial para os projectos PIN de "importância estratégica" e a revisão dos regimes jurídicos de licenciamento das actividades económicas são os quatro pilares fundamentais onde assenta a reforma para a simplificação dos processos de planeamento territorial que o primeiro-ministro, José Sócrates, apresentou, na Assembleia da República, durante o debate mensal.



MARY RODRIGUES

SEGUNDO José Sócrates, que falava aos deputados no passado dia 27 de Abril, não há dúvida de que esta reforma que o Executivo está apostado em levar a cabo "prepara o futuro" do país e "é central para o dinamismo das actividades económicas, para a competitividade da nossa economia e para o desenvolvimento" de Portugal.

Assim, disse ser chegada a hora de aceitar que os nossos problemas com o ordenamento, o urbanismo e a paisagem confirmam que uma cerrada teia burocrática arrasta consigo uma "perigosa diluição das verdadeiras responsabilidades políticas na gestão territorial".

Antes, fez questão de deixar claro que a "garantia da salvaguarda dos interesses públicos não precisa de se constituir em adversário sistemático e desconfiado de toda a iniciativa da sociedade, das empresas e dos cidadãos", para de seguida defender a necessidade de alterar radicalmente este paradigma da desconfiança, destacando diversas medidas concretas que ilustram o alcance da mudança que o Governo propõe e que passam essencialmente por uma nova estratégia de fiscalização sucessiva e de responsabilização local.

No que diz respeito à revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, o primeiro-ministro adiantou que todos os planos municipais de ordenamento (plano de pormenor, de urbanização e director municipal) vão deixar de ser submetidos a ratificação do Conselho de Ministros, mantendo-se esta apenas se o próprio município a requerer para superar alguma desconformidade do documento com um instrumento de gestão territorial da responsabilidade do Governo.

Quando ao controlo da legalidade dos planos, Sócrates adiantou que o mesmo será exercido de forma mais simples, através dos controlos que já existem noutras fases do processo, designadamente com o parecer da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR).

Mas, o procedimento de alteração

parcial do PDM também será alvo de uma considerável simplificação, com a extinção das comissões mistas de coordenação.

Além disto, continuou José Sócrates, deixará de ser obrigatório o acompanhamento, pela CCDR, da elaboração de Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, sendo que os procedimentos para garantir o cumprimento da lei e a coerência do sistema de gestão territorial serão simplificados através de uma "conferência decisória de entidades", que deverá recolher, no mesmo momento, o contributo de todos os organismos que se devam pronunciar.

No hemiciclo de São Bento, Sócrates declarou que "estas medidas deixam claro os dois eixos da mudança" que se pretende.

"Por um lado, reforçar a descentralização e a plena responsabilização dos municípios na gestão do seu próprio território. Por outro lado, simplificar os procedimentos relativos aos planos municipais", resumiu.

A ideia, nas palavras do primeiro-ministro, José Sócrates, consiste em acabar com "um inferno burocrático que se limita a sobrepor controlos atrás de controlos, de forma difusa e dispersa, que nada acrescentam em matéria de eficiência".

Simplificado licenciamento de obras e construção

Já noutra domínio onde se impõem mudanças, Sócrates falou das alterações no regime jurídico da urbanização e edificação, designadamente no que diz respeito ao licenciamento municipal da construção.

Neste ponto, salientou três importantes medidas, começando pela dispensa de comunicação e de qualquer controlo prévio municipal nas pequenas obras de escassa relevância urbanística ou de simples alteração no interior do edifício.

Avançou igualmente que deixará de ser necessária autorização municipal, bastando uma simples comunicação prévia, no caso de obras de reconstrução que não afectem as fachadas e de trabalhos de urbanização ou construção que ocorram

em áreas abrangidas por operação de loteamento ou por plano de pormenor.

E porque o novo sistema de licenciamento assentará também no reforço da responsabilidade dos promotores e dos técnicos que assinam os projectos, avisou que "será agravado o regime de sanções em caso de incumprimento", prevendo-se até a suspensão do exercício da actividade para os profissionais transgressores.

No capítulo do licenciamento das actividades económicas e dos projectos de importância estratégica, Sócrates referiu que o sistema de acompanhamento personalizado que o Governo introduziu com o regime dos projectos de Potencial Interesse Nacional (PIN) "já produziu bons resultados no desenvolvimento de iniciativas empresariais e no estímulo do investimento".

Mas, para o primeiro-ministro, "agora devemos ir mais longe", fazendo com que para os PIN aos quais o Estado reconheça, por despacho, o estatuto de "importância estratégica" passe a existir um interlocutor único, uma apreciação simultânea por todas as entidades administrativas envolvidas, uma decisão única e final por parte de uma conferência decisória e um prazo máximo de decisão de entre 60 e 120 dias.

Ao salvaguardar que a intenção do Executivo não se limita a reduzir os prazos e os procedimentos para os projectos de maior dimensão, Sócrates apontou ainda para o facto de, no Programa Simplex 2007, estar prevista a simplificação do licenciamento das actividades económicas em domínios como a indústria, o comércio e o turismo.

A terminar a sua intervenção de abertura do debate mensal, o primeiro-ministro garantiu que a reforma do licenciamento e do planeamento territorial contribuirá para a construção de uma cultura de valorização da iniciativa, do risco e da capacidade empreendedora, favorecendo, além disso, o dinamismo das empresas e permitindo que a administração se concentre eficazmente na fiscalização do cumprimento da lei e na defesa do interesse público.

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

Convergir para inovar de forma sustentada e consistente é uma obrigação de todos

CONVERGIR PARA INOVAR

O GOVERNO tem vindo a apostar fortemente na inovação como instrumento para mudar a base competitiva do país. A estratégia de inovação baseia-se no reforço do conhecimento e do acesso às novas tecnologias, para mudar processos, melhorar o ambiente para os negócios, apoiar a criação de novas empresas e ajudar as empresas existentes a sobreviverem e a modernizarem-se, subindo na cadeia de valor da economia global.

O Plano Tecnológico, que no âmbito da Estratégia de Lisboa integra diversas medidas e programas para a competitividade, o crescimento e o emprego, traduz de forma clara a aposta do Governo na inovação e tem sido também assumido como uma agenda global de modernização para toda a sociedade portuguesa. Como agenda mobilizadora, o Plano Tecnológico integra e potencia duas visões complementares da estratégia a prosseguir.

Alguns actores e protagonistas do sistema de inovação defendem com legitimidade e convicção que só a aposta na ciência pode criar o conhecimento fundamental que uma vez transferido para as empresas e para as instituições, induz incrementos de produtividade, maior competitividade, mais crescimento económico e melhor emprego.

Outros actores do sistema defendem com a mesma convicção e legitimidade, que só a aposta nas empresas, pode criar um contexto favorável à absorção e à transformação dos conhecimentos gerados pelo sistema científico, criando mais valor económico, aumentando a produtividade e a competitividade e gerando melhor emprego.

Parecendo duas visões dicotómicas, e sendo por vezes defendidas como tal, estas duas perspectivas são no entanto absolutamente complementares. Ultrapassar este falso dilema e tirar partido do melhor das duas perspectivas constitui um dos grandes valores acrescentados do Plano Tecnológico.

Convergir para inovar de forma sustentada e consistente é uma obrigação de todos. Traduzir esta linha de orientação em acções concretas é a melhor forma de concretizar o programa do Governo e de progressivamente reflectir os ganhos económicos em equidade social e mais bem-estar para os portugueses.

Aprovado o Quadro Estratégico de Referência Nacional (QREN), com uma orientação clara para o conhecimento e para a competitividade das empresas e dos territórios, é tempo agora de otimizar a sua aplicação e maximizar o seu impacto. Por isso, a articulação do sistema público de apoio à inovação deve ser reforçada e aprofundada. Temos de continuar a convergir para inovar. É um caminho que tem dado provas e resultados.



OPINIÃO



RENATO SAMPAIO
Deputado na AR

Não podemos ficar à espera que o Estado Central faça aquilo a que a nós compete, é necessário que nós próprios nos empenhemos também, na resolução dos constrangimentos que hoje se verificam no plano político, económico e social

O GOVERNO PRESENTE NO PORTO

O GOVERNO esteve presente no porto no passado fim-de-semana, e esteve presente não para anunciar medidas demagógicas ou populistas, mas para puxar pela região e sobretudo dar a conhecer as suas potencialidades e também ouvir as preocupações e os anseios dos autarcas, como decisores políticos mais perto dos cidadãos.

Temos consciência, como temos afirmado repetidamente que o Porto e a Região vivem tempos difíceis.

Um declínio anunciado parece estabelecer-se entre nós, na opinião pública e nos responsáveis políticos, como se fosse uma inevitabilidade, um destino a que se não consegue fugir.

Que fique claro, o PS no seu todo, do PS/Local ao PS/Nacional e sobretudo o Governo socialista de José Sócrates, como ficou provado nesta sua presença no Porto, não se conformam, nem se acomodam ao empobrecimento e às assimetrias.

O documento apresentado sobre “Liderança e Competitividade na AMP” são a demonstração que é possível quebrar as rotinas de pessimismo, por isso, o nosso esforço está centrado em encontrar as vias do desenvolvimento sustentável para esta região, cujo peso nacional nem sempre tem sido adequadamente traduzido em acção política concreta e em decisões mobilizadoras.

Facilmente se verifica, infelizmente, que o Porto e o Norte têm vindo a perder peso nas últimas décadas, mercê de diversas circunstâncias. Essa perda de peso relativo não deriva apenas e só de incapacidades próprias da Região e dos seus protagonistas culturais, políticos e empresariais, mas também de uma acumulação de rotinas centralistas cuja força não é possível ignorar no nosso quotidiano.

O Porto e a sua área metropolitana detêm hoje um conjunto de infra-estruturas e equipamentos que a colocam numa posição confortável no plano nacional e internacional, contudo, esta situação que lhe confere um grau elevado de competitividade não foi suficiente para elevar a região a níveis de desenvolvimento compatíveis com a sua importância, comparativamente com as suas congéneres europeias.

Por isso, urge ultrapassar essa pecha antiga, agora ainda mais pernicioso, e sensibilizar as forças mais dinâmicas e progressistas da região no sentido de elas próprias fazerem alguma coisa por este espaço regional, para assim se começar a reequilibrar o país.

Não podemos ficar à espera que o Estado Central faça aquilo a que a nós compete, é necessário que nós próprios nos empenhemos também, na resolução dos constrangimentos que hoje se verificam no plano político, económico e social.

O Governo já começou, através de um processo de progressiva mas segura descentralização administrativa, a dar os primeiros passos no sentido da regionalização, é pois necessário o empenhamento de todos, sem excepções na preparação do futuro referendo, uma vez que a constitucionalização do referendo sobre a regionalização, nos obriga a que o “Sim” ganhe e este seja vinculativo.

Continua a ser nossa convicção que a regionalização é o único e melhor caminho para o nosso futuro colectivo. Contudo, precisamos de refazer este percurso de forma segura e ter a lucidez necessária para não fazer deste tema numa arma partidária de combate político.

O PS, que no Governo está a ser capaz de enfrentar o mais temido e reverenciado problema, que é a reforma do Estado, certamente que o fará tendo em conta que o Estado moderno aponta para uma eficiência acrescida na descentralização de competências e na repartição equitativa das responsabilidades.

Por último, não poderíamos deixar de referenciar o tema que se transformou no caso do governo presente no Porto, que foi a não assinatura do acordo de princípios para gestão do Metro do Porto.

O Metro do Porto é uma obra de que nós socialistas nos orgulhamos, porque foi uma obra pensada, idealizada e implementada por socialistas, e que só a autarcas socialistas e a um Governo socialista, de António Guterres, se deve a sua concretização.

O que hoje é um desígnio da AMP, no passado os dirigentes do PSD/Porto apelidavam-no de “O Metro de papel” e o que hoje é a maior obra de transportes públicos a nível europeu, no passado consideravam-no como “um projecto megalómano de socialistas”.

Não vamos analisar as motivações políticas que levaram o Presidente da Junta Metropolitana a não assinar o acordo de princípios para desencravar este importante projecto para a mobilidade na Área Metropolitana do Porto, mas uma certeza temos, a de que o Governo e em particular a secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, e o ministro, Mário Lino, tudo fizeram para chegar a um amplo consenso, é uma verdade insofismável.

Mais uma vez, como no passado, terá de ser um Governo socialista a desencravar o Metro do Porto, pela apatia e paralisia a que os governos de direita votaram o projecto.

A presença do governo no Porto, foi assim um sinal de esperança para esta região, confiamos no Governo e na pessoa do nosso primeiro-ministro para, apesar da conjuntura difícil e complexa, dar os passos necessários. Os sinais dados são já de molde a que essa confiança possa ser amplamente confirmada.

Porto é uma região capaz de responder a qualquer desafio

A Área Metropolitana do Porto (AMP) foi referida por José Sócrates como uma região “moderna e capaz de responder a qualquer desafio económico”, durante a sessão “Liderança e Competitividade”, realizada no aeroporto Sá Carneiro, no âmbito da visita de dois dias do chefe de Governo ao distrito do Porto.

“O INVESTIMENTO aqui feito começa a produzir os seus resultados e a transformar a AMP numa área que pode orgulhar-se de ter bons indicadores de competitividade e boas infra-estruturas para oferecer”, afirmou José Sócrates

Descrivendo o aeroporto Sá Carneiro como “um orgulho para o país”, o primeiro-ministro disse que o investimento de 410 milhões de euros canalizado nos últimos cinco anos para a sua modernização “há muito deveria ter sido feito”, uma vez que esta infra-estrutura está “a servir a economia nacional”.

De salientar que para o período 2007-2010 estão ainda previstos investimentos adicionais de 71 milhões de euros em projectos de desenvolvimento e ampliação do aeroporto e na construção do terminal de carga aérea e plataforma logística.

Relativamente às infra-estruturas rodoviárias, Sócrates sublinhou que 78 por cento do Plano Nacional Rodoviário está já concluído no distrito do Porto, que assim é “um dos distritos do país mais avançado” nesta matéria.

Outro “investimento de sucesso” referido pelo primeiro-ministro é o metro do Porto, que disse ser “o projecto de metro de superfície feito de forma mais rápida”.

E afirmou que “o Governo olha para o futuro do desenvolvimento do metro como um projecto da maior importância nacional, que merece uma consideração especial”, adiantando que as negociações para avanço da segunda fase do projecto estão “perto do final”.

“Se fosse só o Governo ou a Junta Metropolitana do Porto a decidir decidiríamos, cada um, de outra forma, mas estamos a procurar um compromisso e o acordo está globalmente perto de ser conseguido”, disse.

Para Sócrates, o projecto do metro “merece um acordo que garanta segurança na gestão e de confiança ao Norte e à região”.

Ikea investe em força em Portugal

Já em Paços de Ferreira, durante a cerimónia de lançamento da primeira pedra das três novas fábricas do Ikea naquela que é conhecida



como a “Capital do Móvel”, o primeiro-ministro considerou o investimento de 135 milhões de euros do grupo sueco como “um dos mais emblemáticos para Portugal”, afirmando que vai “mudar a face empresarial de toda a região”.

“É um dos investimentos mais significativos e emblemáticos para Portugal e para o distrito do Porto e, também, simbólico por ser um investimento de produção, no nosso país, para vender no mercado global”, disse.

660
milhões de euros

É o investimento total do grupo Ikea em Portugal

Segundo referiu Sócrates, com o projecto do Ikea em Paços de Ferreira foi batido em Portugal “um recorde em termos de processo de licenciamento”, já que apenas decorreu um ano entre o anúncio do investimento e a sua realização.

“Muito dificilmente haveria outro país no mundo com condições para, num ano, permitir que a construção se iniciasse”, disse, sublinhando que tal facto é “um motivo de orgulho para a máquina administrativa” e “um sinal para os empreendedores”.

Sócrates salientou ainda que a escolha de Paços de Ferreira para a localização das novas unidades industriais da Ikea apenas foi possível devido ao elevado investimento público feito na região a nível aeroportuário, rodoviário e portuário.

E acrescentou que o projecto “é também uma prova da confiança na economia e no talento nacionais” e vem ainda “dar um empurrão ao nosso sector do mobiliário, que estava já há muitos anos em boa evolução”.

De destacar ainda a cerimónia de assinatura de um memorando

de entendimento visando a criação na região de uma Academia Internacional do Mobiliário, onde José Sócrates apelou ao “melhor empenhamento” das entidades envolvidas para ali criar “o melhor do mundo na indústria do mobiliário”.

Presente na cerimónia, o ministro da Economia, Manuel Pinho, reiterou que o investimento do Ikea “é um projecto bandeira que pode revolucionar a indústria do móvel em Portugal”, tendo um “efeito de arrastamento e inovação que pode dinamizar redes de empresas e criar um forte ‘cluster’ do sector mobiliário”.

Com uma produção anual prevista de 200 milhões de euros, 90 por cento dos quais para exportação para a Europa e Estados Unidos, as novas unidades fabris deverão criar 600 a 800 postos de trabalho qualificados e inserem-se no investimento total de 660 milhões de euros do grupo Ikea em Portugal, responsável por 2.425 empregos directos.

Entretanto, na Maia, a Volkswagen Autoeuropa e a Mitsubischi Trucks assinaram protocolos com o Ministério da Economia e Inovação para o desenvolvimento de produtos e processos associados a potenciais modelos em fase de lançamento. A cerimónia decorreu no Centro de Excelência e Inovação na Indústria Automóvel (CEIIA), no âmbito da jornada de dois dias do primeiro-ministro pelo distrito do Porto.

Na ocasião, José Sócrates desejou “boa sorte” às empresas envolvidas em projectos de excelência no ramo automóvel e disse estar “impressionado” com o trabalho feito nas instalações da Maia.

Já no Museu de Serralves, o chefe do Governo presidiu à cerimónia de assinatura de um conjunto de protocolos com o objectivo comum de aprofundar a relação entre a cultura e a economia, tendo afirmado que as cidades mais competitivas são aquelas que, entre outros aspectos, “têm maior oferta cultural e que não perdem uma oportunidade de promover os seus talentos”.

“Esta foi a luta de muitos e de várias gerações”

A Assembleia da República foi, mais uma vez, o palco das comemorações do aniversário da Revolução de Abril. A deputada socialista Maria de Belém, depois de agradecer aos capitães de Abril “aquela madrugada libertadora”, lembrou que “esta foi a luta de muitos e de várias gerações”.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

“PARA quem partiu com trinta anos de atraso relativamente à Europa mais desenvolvida económica, social e culturalmente, tivemos que fazer muito em pouco tempo”.

Falando nas comemorações comemorativas do 33º aniversário da Revolução de Abril, que decorreu na Assembleia da República, a deputada socialista, Maria de Belém, depois de agradecer a “coragem, garbo, inteligência, auto-contenção e sentido de responsabilidade” de um “punhado de jovens capitães de Abril”, lembrou que o balanço que hoje Portugal pode fazer dessa madrugada libertadora na Primavera de 1974, é francamente positivo “e todos os indicadores o mostram à saciedade”.

A partir de 74, recordou a deputada do Partido Socialista, Portugal iniciou o processo de modernização e de aproximação aos padrões de desenvolvimentos dos restantes países europeus, nomeadamente através da descolonização, “passando a ocupar um lugar de pleno direito junto das organizações internacionais construtoras, defensoras e promotoras dos Direitos Humanos”, na aprovação de uma nova Constituição “assente na dignidade da pessoa humana, na liberdade e na defesa dos Direitos Humanos” e foi ainda possível, entre outras iniciativas e novas conquistas, consagrar um novo paradigma que possibilitou a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, fazendo assim “apelo a uma nova cidadania organizativa”.

Mas o caminho faz-se caminhando, e se é verdade que muito já se conseguiu, basta recordar que o país é hoje uma realidade social, cultural e económica, que nada tem a ver com o Portugal de há três décadas, muito mais está ainda por fazer para que se possam atingir os padrões de progresso e de desenvolvimento a que naturalmente os portugueses anseiam.

Para a deputada do PS, contudo, a tendência para a autoflagelação que muitos portugueses costumam demonstrar, faz com que “esqueçam com muita facilidade que conjuntamente, o 25 de Abril coincidiu praticamente com o primeiro choque petrolífero em 1973”, mas mesmo assim, disse, fomos capazes de “construir a universalidade na Educação, na Segurança Social e na Saúde”, entre tantos outros avanços civilizacionais.

A integração na União Europeia “cujo principal paladino e visionário

foi Mário Soares”, foi a segunda etapa desta Revolução, defendeu ainda Maria de Belém, para lembrar que este degrau acrescentou uma nova e rasgada oportunidade, “aquela que verdadeiramente nos podia permitir deixarmos de ser um país adornado para o mar, para nos reequilibrarmos numa posição geoestratégica que nos permite hoje tirar um novo partido da nossa fronteira terrestre, virada para o centro da Europa”.

Cumprir Abril

Se Abril abriu as portas para a liberdade e para o progresso de Portugal, recolocando o país no lugar a que tem direito junto das organizações internacionais e voltando a merecer o respeito de todos os países, também é verdade que cumprir os desígnios da Revolução 33 anos depois, disse ainda Maria de Belém, não é só falar do passado, nem sequer do presente. É sobretudo, como acentuou, “falar do futuro num mundo interdependente e interrelacionado. É falar de nós, mas também dos outros”.

Das muitas batalhas que a democracia portuguesa tem pela frente, a deputada socialista realçou a necessária criação de condições para uma mais ampla participação das mulheres na vida política, a luta contra a corrupção e a reforma do Parlamento, entre outros passos que serão indispensáveis para que a democracia portuguesa saia reforçada e possa encarar o futuro sem sobressaltos.

Mas algo mais, na perspectiva de Maria de Belém, é ainda merecedor de atenção, nomeadamente o “reforço da qualidade das instituições e do funcionamento do sistema de Justiça”, que, na sua opinião, constitui “pedra basilar da qualidade da democracia e do desenvolvimento económico”.

Finalmente, o reforço da democracia obriga à modernização do país “e as reformas estruturais que consigam fazer reforçar o papel estratégico do Estado assente num forte poder regulador e numa Administração Pública competente, prestigiada, desburocratizada”, ao serviço de objectivos nacionais claramente definidos e facilitadores da vida dos cidadãos e das empresas.

Mas, cumprir Abril é também falar da Europa, sobretudo “este ano em que Portugal vai assumir a presidência durante o segundo semestre de 2007”, o que significará, na sua opinião, que cinquenta anos



“Esta foi a luta de muita gente e de sucessivas gerações. Alguns nem viveram para dela poderem beneficiar. Mas também não foi para isso que a fizeram. Fizeram-na porque acreditaram que esse era o seu dever”

“O balanço de trinta anos de democracia é francamente positivo e todos os indicadores o mostram à saciedade”

depois da assinatura do Tratado de Roma “vamos trabalhar para encontrar o adequado desenho constitucional que assegure que a Europa fale a uma só voz”, quer em relação às questões ligadas às relações externas, quer na política de segurança comum, e que cumpra o seu papel “no equilíbrio geoestratégico mundial”, contribuindo, deste modo, para a “paz, o desenvolvimento, a protecção do planeta e para a regulação da globalização, em que a economia sirva as pessoas e não sejam as pessoas a servir a economia”.

Mas só teremos mais Europa, defendeu ainda a deputada do Partido Socialista, “se colocarmos a coesão social a par da união política e da união económica”, o que significará uma clara definição das competências das instituições europeias e das competências nacionais.

O princípio da subsidiariedade, lembrou, designadamente na organização dos sistemas de protecção social, “é algo que teremos de salvaguardar de forma adequada”, porque numa época onde as gran-

des diferenças entre partidos políticos se medem frequentemente na forma como concebem os modelos de protecção social, “a imposição de modelos únicos europeus poria em causa a própria essência do sistema democrático nas escolhas nacionais”.

A sessão comemorativa do 33º aniversário da Revolução de Abril, que abriu as portas para a instauração da democracia em Portugal, foi aberta com a intervenção do presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, que defendeu, a propósito da reforma do órgão a que preside, o reforço da competência fiscalizadora do Parlamento à acção do Governo.

Para Jaime Gama, o Parlamento está habilitado a reforçar o seu controlo político sobre a actividade do Governo, assim como está preparado para proporcionar em plenário uma mais ampla possibilidade de debate contraditório do Executivo com as oposições.

Gama sublinhou ainda que espera que as propostas para a reforma do funcionamento da Assembleia da República “esteja aprovada até

ao fim da sessão legislativa”, lembrando que o Parlamento é a sede do poder legislativo, e não “uma plataforma de eventos”.

Sublinhando que o dia da liberdade não pode deixar de ser também o dia da responsabilidade, o presidente da Assembleia da República alertou ainda para algum caminho que fala percorrer, lembrando os desequilíbrios ainda existentes nas contas públicas ou o facto de o crescimento da economia portuguesa ainda se situar num patamar relativamente lento, apesar dos passos positivos já dados, nomeadamente por este Governo.

OPINIÃO



ÓSCAR GASPAR
Economista
Militante n.º 26.303

Todos estamos lembrados que, quando o Governo Guterres tomou posse, havia muitas vezes a profetizar a falência do sistema público de Segurança Social

PAGAVA DUAS OTAS... E TAL

A MEMÓRIA é boa conselheira. Por isso, e às vezes, mesmo sem dizer nada de novo, há que dar testemunho dos exemplos que vamos tendo para não nos deixarmos enganar pelo canto de supostas sereias. E esta prática é tanto mais aconselhável quanto estiver em causa algo de verdadeiramente importante. Por exemplo, na nossa sociedade actual poucas coisas serão tão importantes para a confiança dos cidadãos como as expectativas sobre o emprego e a garantia de rendimentos nas fases menos activas da vida. Estamos também a falar de questões centrais do “modelo social europeu”, nas quais a perspectiva ideológica é determinante.

Todos estamos lembrados que, quando o Governo Guterres tomou posse, havia muitas vezes a profetizar a falência do sistema público de Segurança Social. Embora correndo o risco de não ser inteiramente justo, Bagão Félix foi dos que mais se notabilizaram nessa cruzada fatalista que levou muita gente a acreditar que “quando for a minha vez, já não há dinheiro para a pensão de reforma”.

Se o tema da sustentabilidade financeira da Segurança Social é muito sério e importante, é bom recordar que cabe ao Partido Socialista o mérito de assumir a responsabilidade de, pelo impulso legislativo e pela fidelidade governativa aos seus ideais, criar as condições para que as pensões de reforma sejam uma certeza de quem trabalha e já não uma angústia para quem envelhece.

Vejam os dois aspectos menos referidos. Não sei se se recordam mas foi criado um Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social pelo Decreto-Lei n.º 259/89. Quando o PS chegou ao Governo, em 1995, o Fundo tinha cerca de 86 milhões de contos mas quando chegámos ao fim do primeiro mandato já o mealheiro tinha aumentado para 460 milhões de contos. Foi então que se decidiu aumentar o objecto e atribuições do Fundo e, assumindo-se o objectivo de “obter ganhos de eficiência, rentabilidade e produtividade análogas às da actividade empresarial”, criou-se o IGFCSS - Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social (Decreto-Lei n.º 449-A/99).

Bem sei que o nome é difícil de pronunciar e nem a sigla é simpática mas voltemos à forma como os governos e (os partidos) lidaram com este pilar financeiro da Segurança Social. Entre 2002 e 2004 os governos PSD-PP argumentaram com a grave situação financeira do país e, uma vez mais, pouco contribuíram com verbas para o Fundo (não conseguiram consolidar as finanças, aumentaram a despesa e nem aplicaram o dinheiro onde era estratégico). O actual Governo, ao invés de lamentar a situação económica do país, que ainda não é a que desejávamos, não descurou as prioridades e o IGFCSS gere neste momento uma carteira de 7,15 mil milhões de euros, o que corresponde a 4,6 por cento do PIB.

É pois de saudar o esforço de poupança para o futuro. Mas não só. O IGFCSS não é o colchão debaixo do qual se colocam as notas de prevenção para necessidades futuras. O IGFCSS é uma entidade gerida por profissionais que desenvolvem “as actividades de gestão de activos, integrando as mais avançadas técnicas de capitalização, subordinando-se a exigências de eficiência, de independência e de benchmarking dos seus resultados”. E se bem o dizem, melhor o fazem: a rentabilidade conseguida em 2006 foi de 5,2 por cento, mais 0,9 por cento que o benchmark. Há também quem chame a este fenómeno de multiplicar dinheiro “capitalização”!

A gestão do IGFCSS é um excelente exemplo da competência de organismos públicos. Em 2006 ganhou o galardão de melhor fundo de pensões português atribuído pelo IPE – Investments & Pensions Europe e é reconhecido pela EFQM – European Foundation for Quality Management excelência do modelo de gestão.

Recapitulando: o IGFCSS tem muito dinheiro, que está a ser bem rentabilizado e a sua gestão é aplaudida. Só mais um pormenor, uma quase excentricidade dentro do universo público: o artigo 3º dos estatutos determina que “o Instituto tem a sua sede no Porto”.

Ainda estou a pensar naquele número de há pouco. É verdade: 7,15 mil milhões de euros. Para quem gosta de comparações jornalísticas, dava para pagar duas Otas e tal.

Investidos mais de sete milhões de euros na renovação dos tribunais em 2006

OS BONS resultados das medidas de contenção da despesa dos dois últimos dois anos, nomeadamente a introdução de novos modelos de gestão e racionalização dos custos do Ministério da Justiça, permitiram libertar importantes verbas que são investidas na renovação do parque judicial português.

Só em 2006 o Ministério da Justiça investiu 7.115.820 de euros em remodelações de edifícios e construção de novas instalações para tribunais.

Estes investimentos na infraestrutura, que são acompanhados da introdução de meios técnicos hoje essenciais, vêm, cada vez mais, permitir criar condições de trabalho adequadas para magistrados, funcionários e operadores do sistema judicial, assim como melhores condições de serviço aos cidadãos.

Em comunicado, o Ministério da Justiça adianta que no Tribunal da Boa-Hora, no Tribunal de Execução de Penas (Monsanto), no Tribunal do Trabalho da Maia, no Tribunal Judicial da Marinha Grande, no Tribunal Central Administrativo do Norte, nos Juízos Criminais do Porto, no Tribunal do Trabalho de Viana do Castelo e no edifício da Procuradoria-Geral da República, em Lisboa, foram realizadas obras para melhoramentos nas instalações.

E foram inaugurados os Palácios da Justiça de Sintra e da Ribeira Grande, ambos em 2005, e de Silves, em 2006, ano em que o Palácio da Justiça de Oeiras foi acrescido de novas instalações, em edifício contíguo, para instalação de diversos serviços da Justiça.

Foram igualmente inaugurados o Tribunal de Família e Menores de Vila Franca de Xira, em 2005, e o Tribunal do Trabalho de Lisboa, já em 2007.

O Tribunal do Trabalho da Maia dispõe igualmente de novas instalações desde Novembro de 2006.



Paralelamente, o Ministério da Justiça lançou um projecto de obras para ampliação do número de salas de audiência nos tribunais cujos edifícios, dos anos 60 a 80, foram concebidos para um número de juízos inferior ao actualmente existente.

“Neste projecto estão incluídas 50 novas salas de audiência, que representam um investimento global nos anos 2006/2008 da ordem dos 3.500.000 de euros”, refere o Ministério da Justiça.

Campus de Justiça

Por outro lado, o Ministério da Justiça lançou os Campus de Justiça, a concretizar nos próximos anos, como “solução para as necessidades de instalações” em algumas das maiores comarcas do país.

A criação dos Campus de Justiça permitirá, nomeadamente, “concentrar todos os tribunais e outras entidades num mesmo local, facilitando o acesso ao público e garantindo a disponibi-

lidade de todo o tipo de serviços relacionados (judiciais, registos e notariado, medicina legal e Polícia Judiciária”.

Além disso, os Campus de Justiça disponibilizarão aos magistrados e funcionários “áreas de trabalho adequadas, que em alguns casos serão várias vezes superiores às existentes”, beneficiando assim também os operadores judiciais e o público.

Os Campus de Justiça que se encontram em desenvolvimento são os do Porto, Coimbra, Faro, Leiria e Lisboa, de acordo com o Ministério da Justiça.

“Os bons resultados das medidas de contenção da despesa dos últimos dois anos, nomeadamente a introdução de novos modelos de gestão e racionalização dos custos no Ministério Justiça, bem como a alienação de património desnecessário ou desadequado ao exercício das funções da Justiça, permitiram libertar importantes verbas que são investidas na renovação do parque judicial”, refere ainda o comunicado.

Situação tributária e contributiva pode ser consultada “on-line”

DEIXOU de ser obrigatória a entrega de certidões comprovativas da situação tributária e contributiva nos serviços públicos. Trata-se de uma medida do programa Simplex, publicada no “Diário da República” no passado dia 19 de Abril, que abrange os serviços da administração directa e indirecta do Estado, as autarquias e as áreas metropolitanas.

A referida dispensa prevê que, em alternativa, as pessoas e empresas autorizem a consulta “on-line” da sua situação tributária

e contributiva, o que será feito pelos serviços através de senhas nos sítios das declarações electrónicas e do serviço Segurança Social Directa.

A autorização para a consulta “on-line” é dada apenas para um determinado serviço público, está disponível durante dez dias úteis e a informação obtida tem a validade de seis meses.

A informação obtida pelo serviço público não pode ser utilizada para outra finalidade que não seja a de comprovar que o titular tem a

situação tributária e contributiva regularizada, estando proibida também a divulgação de qualquer outro tipo de informação.

Quanto às entidades que consultam a informação, estas ficam obrigadas a guardar os documentos que atestem a consulta feita com a data e o nome do funcionário que a fez.

Refira-se ainda que, independentemente da consulta “on-line”, a entrega da certidão para comprovar a situação tributária e contributiva continua a ser possível. **M.R.**

“Bilhete em alta velocidade entre Lisboa e Madrid vai custar 100 euros”

A modernização dos portos e uma nova visão sobre os transportes ferroviários constituem metas de capital importância para o futuro de Portugal.

Em entrevista ao “Acção Socialista, a secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, não tem dúvidas que sem uma aposta séria, programada e moderna nas estruturas portuárias nacionais e uma nova visão dos transportes ferroviários, Portugal ficará irremediavelmente para trás face aos restantes países desenvolvidos da Europa e do mundo.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

Porque é que os transportes de mercadorias privilegiam as estradas e auto-estradas de Portugal em detrimento da ferrovia?

Devo dizer que o problema, apesar de complexo, exige, quer ao Governo, quer às empresas de transporte de mercadorias, que façamos em conjunto uma reflexão profunda sobre este problema. Porque se trata, de facto, de um problema, e para o qual este Governo está a tentar encontrar as melhores soluções no mais curto espaço de tempo.

Vou tentar abreviar as razões e explicar as causas deste fenómeno. Desde logo, como se compreenderá, o transporte rodoviário é o único com capacidade de fazer aquilo a que chamamos o porta-a-porta, algo que tanto o comboio como o barco não tem hipótese de realizar.

Ou seja, os camiões podem ir carregar as mercadorias no local de produção e mais tarde descarregá-las perto do local de consumo. A partir desta realidade é fácil entender quão mais fácil é utilizar os meios de transporte rodoviário em detrimento dos outros.

Por outro lado, e apesar desta realidade, todos estamos conscientes que, só por si, isto não justifica a utilização, que eu diria excessiva, do transporte de mercadorias por via terrestre.

Um outro aspecto que justifica a maior utilização dos meios rodoviários em detrimento dos ferroviários ou marítimos, prende-se com o facto de alguns portos nacionais ainda não estarem servidos por redes ferroviárias, como é o caso, por exemplo, do porto de Aveiro. Ora, este aspecto não deixa de ser determinante para nos depararmos com a realidade que todos observamos quotidianamente de um excesso de veículos pesados nas estradas portuguesas.

Mas a realidade também nos diz que tem havido um fortíssimo investimento nas rodoviárias.

Exacto. E o fenómeno não é só português. Gostava de recordar que não foi só Portugal a investir milhões e milhões de euros em novas e modernas infra-estruturas rodoviárias, sobretudo a partir da década de 90.

Este cenário tem-se repetido por

toda a União Europeia e o mesmo tem sucedido nos países que mais recentemente aderiram ao espaço comunitário.

Com tão importantes investimentos na rodovia, naturalmente que todos os países começaram a desenvolver políticas apostando mais no transporte de mercadorias por via terrestre, abandonando um pouco, mais do que seria desejável na minha opinião, os meios marítimos e ferroviários.

Mas o assunto é ainda mais profundo. É que ao ter-se apostado em Portugal na construção de novas auto-estradas, algo que em si mesmo foi positivo, porque o país passou a ficar mais ligado e mais próximo, também é verdade que se foi deixando para depois a construção de plataformas logísticas, algo que o país tanto necessita.

Ora, é neste dossiê importantíssimo e fundamental para o desenvolvimento harmonioso de Portugal e para a modernização da economia nacional, que o Governo está neste momento a trabalhar.

Mas essas plataformas logísticas podem colmatar ou esbater o facto de Portugal do ponto de vista geográfico ser um país periférico?

Sem dúvida que podem e vão ajudar. Recordo que são equipamentos que têm feito muito falta para que passemos a ter uma resposta mais moderna e competitiva sobretudo na perspectiva de melhor racionalizarmos e otimizarmos internamente todo o processo de armazenamento, transformação e distribuição das mercadorias que chegam ao país.

Se é verdade que Portugal no contexto da União Europeia desfruta de uma posição periférica, também é verdade que perante o mapa-mundo, e se pensarmos na Europa associada ao Atlântico com todas as ligações que nós sabemos que existem ao nível do comércio mundial, Portugal surge colocado no meio.

Será que com a construção destas plataformas logísticas os transportes marítimo e ferroviário vão passar a assumir um papel mais determinante?

Estou certa disso. Mas para se perceber a importante função que estes equipamentos vão passar a



desempenhar, basta recordar que até agora as mercadorias que percorrem o Atlântico e se dirigem à Península Ibérica ou a Portugal especificamente, na sua grande maioria vão parar, não aos portos portugueses, mas aos espanhóis ou, em muitos casos, a Antuérpia, na Bélgica, ou mesmo a qualquer porto europeu, para depois as mercadorias virem por camião para Portugal.

Isto acontece, em primeiro lugar, porque os nossos portos durante muitos anos não ofereciam condições atractivas, e depois porque não existe uma ligação facilitada entre os portos e a ferrovia, factor determinante para uma maior operacionalidade das estruturas portuárias.

O Governo está a inverter este cenário e a fazer uma revolução a nível portuário, que passa, entre outros factores, por ajudar a aumentar a nossa competitividade fiscal em relação aos portos espanhóis, nomeadamente no que respeita ao IVA, a resolver o nosso excesso de burocracia e finalmente a alterar toda a cadeia administrativa, através da criação do chamado “guichet único”, solução que vai acabar com as numerosas operações desnecessárias que os operadores comerciais eram constringidos a percorrer.

O que são e para que servem as plataformas logísticas?

São equipamentos fundamentais para qualquer país. Para se perceber como estávamos atrasados neste capítulo, basta referir que enquanto nós durante décadas andávamos a fazer seminários e debates sobre plataformas logísticas, os espanhóis andavam a construí-las.

Para alterar esta situação, o Governo apresentou o ano passado o Plano Nacional das Plataformas Logísticas, que já está no terreno.

As nossas plataformas logísti-

“O comboio de alta velocidade terá uma gestão integrada com a restante rede ferroviária nacional”

“Com as plataformas logísticas que este Governo está a criar em todo o país, a economia portuguesa passará a dispor de novos instrumentos altamente competitivos para fazer frente aos enormes desafios que se colocam a uma economia moderna.”

cas, recorde-se, estão associadas às principais fronteiras terrestres e aos nossos principais portos e ainda às duas grandes Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Uma plataforma logística é um espaço físico onde se desenvolve um conjunto vasto de operações, como seja a consolidação da carga. Ou seja, é nestas plataformas que as cargas chegam em grandes quantidades e são depois divididas tendo em vista a sua distribuição. Mas uma plataforma logística pode e deve ser muito mais. Neste espaço deve-se adicionar valor acrescentado, como sejam os serviços de embalagem e nalguns casos até linhas de transformação e produção.

Falemos agora de transportes ferroviários. O comboio de alta velocidade vai obrigar à criação de uma rede paralela?

Essa é uma confusão que importa esclarecer. Não vão existir duas

redes e duas gestões para a rede ferroviária em Portugal, uma para a alta velocidade e outra para as restantes. A política aprovada para o sector passa antes pelo aproveitamento para a alta velocidade de grande parte das estações existentes, otimizando deste modo a actual rede e embaratecendo os custos da futura linha de alta velocidade.

Com a construção da nova linha para o TGV (ver-se-á se o comboio de alta velocidade português terá esta designação) a actual linha do Norte ficará mais disponível quer para os comboios de mercadorias, que passarão a circular em maior número, quer para os serviços regionais quer suburbanos, que inevitavelmente aumentarão a frequência.

E o que fazer aos actuais alfas?

Quando o comboio de alta velocidade estiver em funcionamento, os alfas, comboios de grande conforto e que podem atingir velocidades acima dos 200 quilómetros por hora, e que actualmente prestam o serviço rápido de Lisboa ao Porto e a Faro, serão destinados aos serviços regionais, os chamados intercidades, melhorando a oferta neste segmento.

Deixa é de ser necessário continuarmos a investir tanto dinheiro na modernização da linha do Norte com o objectivo de diminuir o tempo entre Lisboa e o Porto através da utilização do alfa.

E isto porque, uma vez que vamos iniciar a construção de uma via própria para o comboio de alta velocidade, entre Lisboa e o Porto, utilizando, como já referi, grande parte das estações já existentes, não faz sentido termos na actual linha do Norte o alfa a fazer o percurso entre as duas cidades em cerca de duas horas e meia e ao lado uma composição de alta velocidade a percorrer a mesma distância em cerca de uma hora e quinze minutos. Não só não temos passageiros para tanta oferta, como o país não se pode dar a este luxo.

Em relação à nova ponte, que será a terceira a ser construída sobre o Tejo, e que ligará Chelas ao Barreiro, na margem Sul, será uma ponte, nesta primeira fase, sobretudo ferroviária, e destina-se, não só para servir o comboio de alta velocidade entre Lisboa e Madrid, que estima-se fará percurso em cerca de duas horas e quinze minutos, mas igualmente para ajudar a completar e fechar o anel ferroviário suburbano de Lisboa.

Quanto ao preço dos bilhetes deverão rondar os 100 euros entre Lisboa e a capital do país vizinho, valor que se apresenta altamente competitivo, sobretudo face aos preços praticados pela aviação comercial.

OPINIÃO



ISABEL SANTOS
Deputada do PS

É para todos evidente que não há reformas sem reacções. Elas estão aí e são claramente identificáveis

REFORMAR PARA AS COISAS DEIXAREM DE PERMANECER IGUAIS

A PROPÓSITO da revisão do sistema de vínculos, carreiras e remunerações, não resisto a evocar a frase de Tancredi, personagem do romance “O Leopardo”, de Lampedusa, que ao longo dos anos tem constituído máxima na Administração Pública em Portugal e que agora vemos, por fim, contrariada.

Finalmente, anuncia-se uma reforma da Administração Pública para que as coisas deixem de permanecer iguais. Definindo-se um rumo claro no sentido de uma maior racionalização, adequação, eficácia e eficiência do sector público.

É para todos evidente que não há reformas sem reacções. Elas estão aí e são claramente identificáveis.

De um lado, encontramos a natural, porque profundamente humana, resistência à mudança, sempre presente nas organizações. Do outro, a concordância de quem encontra na aproximação entre o sistema de emprego no sector público e no sector privado o sanar de algo que ao longo dos tempos foi sempre apontado como socialmente fracturante e causa de menor eficácia e eficiência da administração pública.

Dentro do espectro político-partidário também é clara a divisão.

A ala à esquerda do PS esgrime argumentos que, em síntese, remetem para o imobilismo. Numa linha a que todos já nos acostumamos, manifestam discordância face ao sistema vigente, até ao momento em que se propõe a sua mudança. A partir daí passam a defendê-los e a lutar pela sua manutenção tentando travar qualquer mudança. Enfim, uma duplicidade que apela à estagnação.

À nossa direita o estado de espírito poder-se-ia caracterizar como próximo da nostalgia e do vazio de quem quando governou não foi capaz de produzir mudanças e agora se enreda numa incessante busca de argumentos e propostas alternativas, sem sucesso.

Uma Administração Pública de qualidade constitui um elemento fundamental no quadro de qualquer estratégia nacional de desenvolvimento económico e social.

Só com recursos humanos motivados, confiantes no reconhecimento do seu desempenho e profundamente envolvidos na prossecução da missão dos serviços; uma maior responsabilização das chefias intermédias; e um sistema de avaliação mais abrangente, que incida também sobre o desempenho das chefias aos diversos níveis e sobre a qualidade dos serviços; podemos falar de uma Administração Pública moderna e de qualidade.

Só com um sistema remuneratório e de desenvolvimento de carreiras com a flexibilidade necessária e capacidade para, tendo em conta o atingir de objectivos definidos e o orçamento disponível, recompensar o mérito e atrair os mais capazes, se dignifica a Administração Pública e o estatuto dos seus trabalhadores.

Só com a racionalização do sistema de vínculos, carreiras e remunerações, colocando fim ao estado labiríntico que a Função Pública atingiu e que torna a gestão de recursos humanos uma tarefa verdadeiramente colossal, dada a multiplicidade de carreiras as diferenças de tabelas remuneratórias e a variedade e degenerescência dos vínculos, se conseguirá impor maior equidade e justiça na relação trabalho/salário e entre serviços.

É exactamente isto que, em traços largos, o conjunto princípios apresentado em sede de concertação social com vista à revisão do sistema de vínculos, carreiras e remunerações, nos propõe. A adopção de procedimentos, formas de vínculo e instrumentos de gestão mais próximos do sector privado sem, contudo, deixar de salvaguardar especificidades e princípios basilares da administração pública, nomeadamente no que respeita à garantia de imparcialidade, transparência e qualidade. Tudo o mais que neste momento se possa dizer é apenas ruído.

Mas, se todos concordamos que é preciso mudar, se todos concordamos que os serviços públicos não têm que ser forçosa e invariavelmente menos eficazes e eficientes, porque é que quando se propõe mudar, quando se propõe reformar de facto a Administração Pública, a reacção de alguns se resume invariavelmente a tentar protelar, bloquear, tudo fazer para que as coisas permaneçam iguais?

Vencer resistências e encarar com confiança e determinação o futuro é, nesta matéria, um desafio irrecusável. O nosso desafio.

Novas Equipas de Primeira Intervenção arrancam este ano

Governo investe na implementação de uma nova estratégia preventiva de fogos florestais.

ELEVAR o nível de prontidão e resposta às populações em situações de socorro e emergência é o objectivo central do Executivo socialista ao criar, nos próximos três anos, 200 Equipas de Primeira Intervenção (EPI) nos corpos de bombeiros.

A decisão foi consubstanciada num protocolo de cooperação estabelecido, no passado dia 23 de Abril, entre a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP).

O referido documento, que determina o enquadramento geral deste processo, estabelece a criação, ainda este ano, de 60 EPI. Em 2008 serão mais 70 equipas e, até ao final de 2009, serão criadas outras 70 EPI.

Cada equipa deverá assegurar o socorro permanente por um período de 40 horas semanais, sendo os custos relativos à remuneração dos elementos das EPI suportados pela ANPC e pelos municípios, em 50 por cento cada.

Uma EPI é formada por cinco elementos, quatro deles recrutados no universo de bombeiros do quadro activo e um quinto elemento do universo dos chefes ou subchefes do quadro activo ou quadro de comando.

Segundo estabelece o protocolo, estes bombeiros terão formação específica na Escola Nacional de Bombeiros e validação dos seus planos de formação pela Direcção Nacional de Bombeiros da ANMP.

Em cada corpo de bombeiros terá de existir uma bolsa de voluntários devidamente formados e articulados, disponíveis para uma eventual substituição.

O plano anual de actuação de cada EPI deverá ser proposto pelo comandante do Corpo de Bombeiros e submetido à aprovação do presidente da autarquia e do director nacional de bombeiros da ANPC.

Segundo o enquadramento geral do processo de criação das EPI, o número de equipas por concelho será determinado pelas necessidades existentes, que vão agora ser determinadas pelas au-



tarquias, LBP e Protecção Civil.

Quanto à localização das EPI, o documento estabelece que esta seja definida consensualmente pelas entidades signatárias do protocolo, sendo que as equipas serão desenvolvidas entre a Autoridade Nacional de Protecção Civil, as câmaras municipais e as associações humanitárias de bombeiros.

Refira-se que o protocolo tripartido vigorará até 2009, mas em cada ano da sua vigência será feita uma avaliação do seu cumprimento, avaliação essa que será apresentada e analisada pelo Conselho Nacional de Bombeiros.

O investimento previsto para a criação das duas centenas de Equipas de Primeira Intervenção, montante a dividir em partes iguais entre o Governo e as câmaras, rondará os 16 milhões de euros.

Para o ministro da Administração Interna, António Costa, que falava na cerimónia de assinatura do protocolo de cooperação entre ANPC, ANMP e LBP, o referido investimento significa um “esforço financeiro grande para o Estado e para as câmaras”.

António Costa especificou que a criação das primeiras equipas deverá começar já no próximo mês, sublinhando de seguida que o voluntariado nos bombeiros “não poder ser confundido com amadorismo” e tem de ser “enqua-

drado” com profissionalismo.

“O socorro tem de se fazer qualificado” e “sem pôr em causa o voluntariado” da maioria dos bombeiros, “a primeira intervenção” numa situação de desastre “tem de ser garantida por quem esteja em permanência quartel”, ou seja, pelos “elementos profissionais”.

Recorde-se que na altura em que foi anunciada a intenção governativa de criar 200 EPI, o secretário de Estado da Administração Interna, Ascenso Simões, considerou o combate aos fogos florestais e a diminuição da área ardida como “um desígnio nacional”.

“Temos uma tarefa gigantesca pela frente, que envolve um investimento de muitos milhões de euros, mas que é imprescindível realizar”, afirmou na altura o governante.

Para já, os próximos passos deste processo, segundo adiantou o presidente da LBP, Duarte Caldeira, passarão por identificar os corpos de bombeiros em condições de formar as EPI, sendo depois acordado com os municípios respectivos a capacidade de resposta ao socorro que deve ser assegurada.

“Numas zonas pode bastar entre as 9 e as 17 horas, mas noutras pode ser mais importante durante a noite”, exemplificou ao concluir as suas declarações. M.R.

NOTA DA REDACÇÃO

Na última edição do “Acção Socialista”, o artigo publicado não correspondia ao texto enviado pela deputada Isabel Santos. Pelo facto pedimos as nossas desculpas à

camarada Isabel Santos e obviamente aos leitores do jornal. Nesta edição procedemos à publicação do texto cuja actualidade se mantém e até está reforçada pela recente iniciativa do Governo.

“Maioria da Câmara é responsável pelo evidente declínio de Coimbra”

A maioria política pré-eleitoral PSD/CDS/PPM, com o apoio explícito e visível do PCP, que actualmente gere a Câmara, “são os únicos responsáveis pelo mais do que evidente declínio político, económico e social de Coimbra, enquanto cidade e concelho”. A acusação é do presidente da Federação de Coimbra do PS, Victor Baptista, que em entrevista ao “Acção Socialista” faz um balanço do vasto conjunto de iniciativas levadas a cabo por esta estrutura do PS, fala dos projectos para o futuro, elogia a acção do primeiro-ministro, José Sócrates, e diz que ser socialista “é reconhecer e não deixar a terceiros o papel do Estado na distribuição da riqueza”.

J.C. CASTELO BRANCO

Que iniciativas têm sido levadas a cabo pela Federação nos últimos tempos?

O trabalho tem sido muito e desenvolvido com a preocupação de não esquecer o funcionamento dos órgãos e as estruturas do PS, bem como, simultaneamente, a assunção e desenvolvimento de iniciativas ao longo do distrito direccionadas aos socialistas e em geral a toda a população, entre outras destacamos:

Entre Maio e Dezembro de 2006 – Congresso Distrital e posse das Comissões Políticas Concelhias; festejámos o dia da Federação em Soure com Vieira da Silva; debatemos em geral as políticas do Governo com a presença de Jorge Coelho; a educação com a ministra da Educação; as novas oportunidades de desenvolvimento regional com o secretário de Estado do Desenvolvimento Regional; o desporto com o secretário de Estado Laurentino Dias; as Novas Fronteiras, na Figueira da Foz, com Paulo Campos e a política de encerramento de SAP'S com o presidente da ARS nos concelhos de Miranda do Corvo, Soure, Penela e Vila Nova de Poiares; debatemos o aproveitamento turístico em Penacova; e a reforma da Segurança Social com o secretário de Estado da Segurança Social e em Dezembro tivemos José Sócrates em Coimbra.

Entre Janeiro e Abril de 2007 – Debatermos “Tecnologia e Desenvolvimento” com Carlos Zorrinho; desenvolvemos sessões de esclarecimento sobre a IVG em todos os concelhos do distrito e tivemos em Coimbra, António Costa; debatemos a educação e o processo de Bolonha com Rui Alarcão; debatemos no âmbito das Novas Fronteiras “As mulheres e a política” e realizámos plenários para debater e esclarecer as políticas do Governo nos concelhos

de Mira, Pampilhosa da Serra, Vila Nova de Poiares; Cantanhede, Penela, Tábua, Arganil; Oliveira do Hospital e Lousã; realizámos reuniões com os autarcas socialistas com a presença de Vieira da Silva, Paulo Campos e tivemos Santos Silva em Coimbra para esclarecer e debater a política do Governo.

E que acções estão programadas a curto prazo?

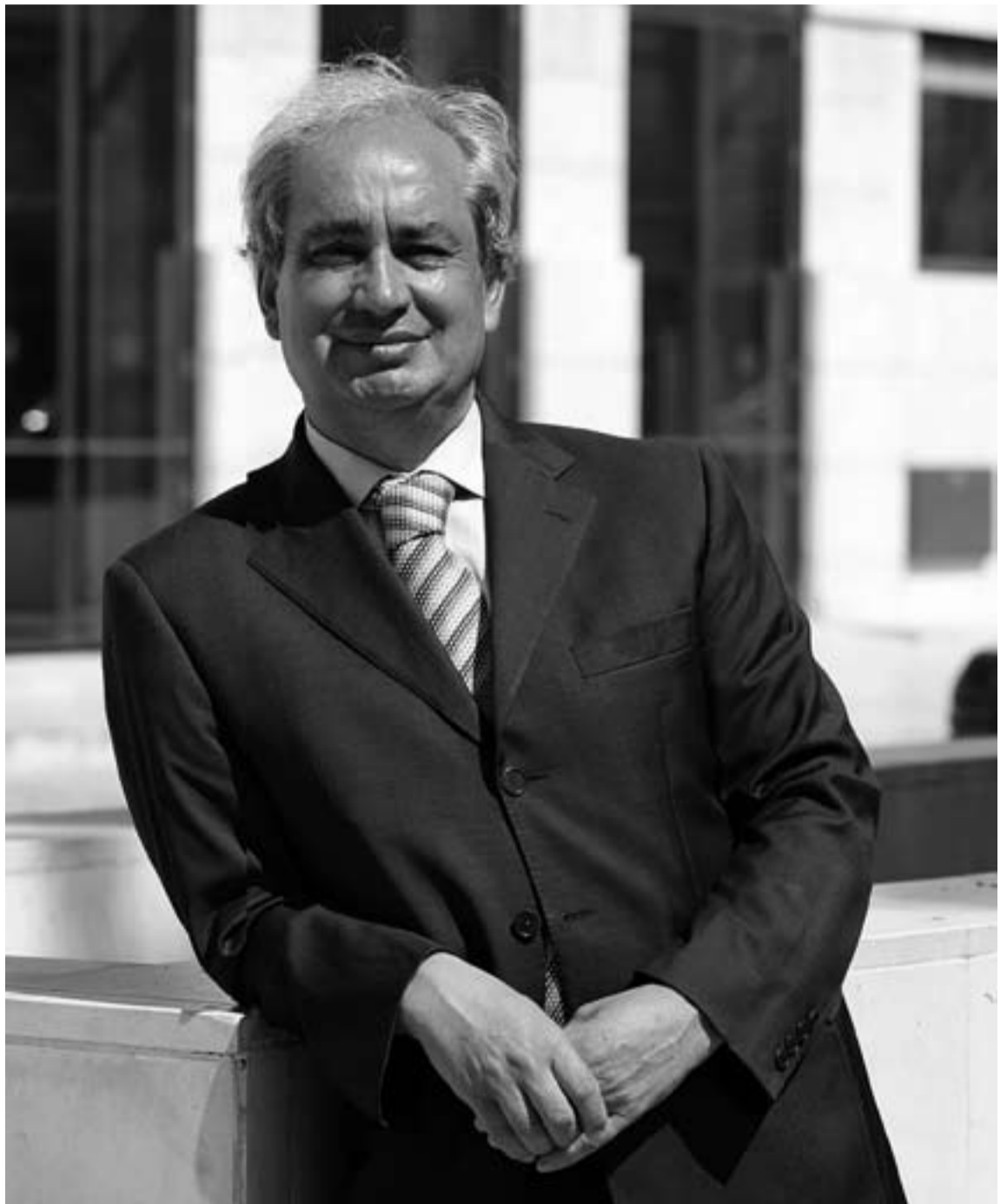
Vamos continuar a realizar os plenários concelhios para esclarecimento e debate das políticas do Governo nos sete concelhos que ainda faltam no distrito; numa segunda fase iremos ainda neste primeiro semestre debater com as estruturas sectoriais e residenciais; continuaremos as reuniões/debate de autarcas com membros do Governo; vamos iniciar a realização de Convenções Autárquicas Concelhias.

De que forma a Federação tem lançado iniciativas para o exterior, nomeadamente junto das forças vivas da região e da população mais desfavorecida?

Para além das iniciativas acima descritas e que em grande parte são abertas ao exterior, os deputados do PS eleitos pelo distrito de Coimbra têm visitado e irão continuar a visitar os concelhos do distrito e têm direccionado as suas visitas para as Instituições de Solidariedade Social, autarquias e empresas.

Como se tem processado a renovação dos órgãos dirigentes da Federação?

A renovação é saudável e indispensável num PS aberto e moderno. Mas não poderá traduzir-se no princípio do “empurra/vamos renovar” porque alguns têm pressa. E sobretudo quando a pressa é dos anteriores ainda que mais ou menos recentes. O PS,



Nas 17 concelhias termos incentivado uma grande renovação e, dos 17 presidentes, sete são jovens quadros e têm menos de 35 anos, já para não referir a jovem líder do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas”

felizmente, insere em si mecanismos que permitem a renovação e os actos eleitorais são desde logo um momento de excelência para esse efeito.

Sabemos, em todo o caso, como politicamente se poderá facilitar ou não a promoção de novos protagonistas e nesta matéria realço o facto de actualmente no distrito, nas 17 concelhias, termos incentivado uma grande renovação e dos 17 presidentes, sete são jovens quadros e têm menos de 35 anos, já para não referir a jovem líder do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas.

Como tem decorrido o trabalho da Federação junto das secções, da JS e de outras estruturas distritais do partido?

Temos regularmente reunido com as concelhias, secções, presidentes das comissões políticas concelhias, os se-

cretários coordenadores, a JS e o Departamento Federativo das Mulheres Socialistas. Vamos continuar a realizar o trabalho a que nos habituámos no PS de Coimbra.

Que análise faz da gestão de Carlos Encarnação à frente da Câmara?

A maioria política pré-eleitoral PSD/CDS/PPM, com o apoio explícito e visível do PCP, que actualmente gere a Câmara Municipal de Coimbra, são os únicos responsáveis pelo mais do que evidente declínio político, económico e social de Coimbra, enquanto cidade e concelho. Estamos perante uma total incapacidade em sonhar o futuro, não há uma estratégia de desenvolvimento, assistimos a uma total resignação e não vislumbramos nenhuma ambição. Nestes cerca de dois anos de mandato é penoso

ver o presidente sistematicamente a queixar-se do Governo, num exercício de responsabilização de terceiros das suas próprias incapacidades, só tem de queixar-se de si próprio. Ao contrário do comportamento do PSD na Assembleia da República, que está permanentemente no contra, os vereadores do PS na Câmara não podem ser acusados de obstrução e de oposição por oposição, votámos favoravelmente mais de 95 por cento das propostas apresentadas, infelizmente para Coimbra, actualmente, não há um único investimento estruturante em construção. Numa cidade com potencialidades de mercado, entre outras, em áreas como o turismo científico e do património, não temos nem vislumbramos a oportunidade e ambição em construir um espaço fechado para mais de mil pessoas. No urbanismo persistem as dúvidas e a desconfiança, não há uma política de atracção do investimento geradora da criação de emprego.

Quais as principais linhas orientadoras em que deve assentar um projecto socialista para a cidade e o distrito de Coimbra?

Recusamos aceitar esta situação de declínio da cidade de Coimbra como uma fatalidade invencível. Teremos de ter linhas orientadoras de uma gestão autárquica que seja capaz de instituir, como condição primeira do desenvolvimento, uma administração municipal transparente, eficaz e eficiente, norteada por uma “política de proximidade” com os cidadãos.

Uma gestão que de acordo com o princípio da subsidiariedade, descentralize para as freguesias de forma institucional e não arbitrária, atribuições e competências, com os meios necessários para as realizar. Uma gestão que fixe como objectivo prioritário da política autárquica, entre outros, o combate ao flagelo do desemprego, à exclusão social e ao preço excessivo do custo habitacional no concelho de Coimbra.

Neste “novo ciclo” das políticas autárquicas, para além de se continuar, naturalmente, a cuidar das questões relativas à programação, construção, exploração e manutenção de infra-estruturas e equipamentos colectivos de natureza municipal e intermunicipal, teríamos de ter uma intervenção de novo tipo, nos domínios, entre outros, da educação, da cultura, do emprego, da acção social, da saúde, da segurança à protecção civil, ao turismo e à animação, ao património, ao desporto, ao ambiente, às novas tecnologias da informação e da comunicação. Todos eles articulados no quadro de um modelo específico de desenvolvimento local sustentado. Precisamos, entre outras medidas, de apoiar financeiramente a criação de emprego; teremos de concretizar o Tecnopólo, em Antanhol, que até ao momento ainda é uma realidade virtual; deveríamos em diálogo com as forças vivas da cidade, concretizar Plano Estratégico de Desenvolvimento; promover a Marca “Coimbra”; e apoiar e incentivar o empreendedorismo;

Uma estratégia de desenvolvimento do distrito terá de ter como pilares essenciais a valorização dos recursos humanos, o ordenamento



do território, a qualificação do meio e competitividade da economia, sempre num quadro de integração e complementaridade com o restante território da Região Centro.

O desemprego é um dos maiores problemas do nosso distrito, um fenómeno que reflecte uma crise profunda do modelo de desenvolvimento económico da região. O QREN é uma nova oportunidade para a requalificação dos nossos activos, com intervenção na oferta de formação profissional, adequada às necessidades dos activos e da procura qualificada.

O ordenamento do território e a qualificação do meio, consolidando os eixos urbanos Coimbra - Figueira da Foz e Coimbra - Oliveira do Hospital, centrados no desenvolvimento e na modernização do ensino superior, apetrechando-o para o desenvolvimento e a difusão das ciências da computação, das engenharias informáticas, da saúde e das engenharias biomédicas.

Uma estratégia de dinamização e de articulação dos espaços rurais, invertendo a tendência crescente para o seu despovoamento e desertificação, com correspondente depredação de recursos humanos, naturais, paisagísticos e culturais.

A valorização do território e a pre-

servação ou o reforço da qualidade do meio, como factores de desenvolvimento assente no equilíbrio do eixo urbano, com cidades e centros urbanos diferenciados e complementares, com acessibilidades adequadas, sistemas de logística de transportes e de espaços intermodais, consolidando os sistemas produtivos locais.

É certo e sabido que, até hoje, os investimentos industriais não privilegiaram o nosso distrito. Mas numa época em que a indústria cede progressivamente a passo aos serviços, e estes são cada vez mais dominados pelo conhecimento, desde logo tecnológico, e pela excelência, chegada é a hora de Coimbra e o seu espaço regional se candidatarem à instalação de novas unidades modernas de ligação da economia ao saber. Que têm desde logo, o mérito de não serem poluentes, nessa medida preservando as potencialidades turísticas que a cidade e a região possuem.

Só com um modelo gerador de pólos de excelência de investigação e de desenvolvimento tecnológico, capaz de atrair competências e investimentos estruturantes, geradores de riqueza e de empregos qualificados em que as pessoas e a qualidade de vida sejam factores diferenciadores conseguire-

A renovação é saudável e indispensável num PS aberto e moderno. Mas não poderá traduzir-se no princípio do ‘empurra/vamos renovar’ porque alguns têm pressa. E sobretudo quando a pressa é dos anteriores ainda que mais ou menos recentes”

mos romper com o modelo existente e já de si esgotado.

Estamos conscientes de que muitos cidadãos encaram, hoje, com descrédito a actividade política e quem exerce cargos políticos. Teremos de contribuir para credibilizar e dignificar a actividade política como um exercício nobre de cidadania ao serviço dos cidadãos e da comunidade.

Como tem decorrido a relação com os autarcas socialistas do

distrito e que trabalho tem sido já realizado no terreno?

Em Coimbra sempre tivemos um bom relacionamento com os nossos autarcas e nesta medida com frequência expomos frontalmente os problemas e as limitações existentes na sua resolução. Temos vindo a convidar membros do Governo para em convívio e de forma simples e em diálogo com os autarcas melhor conhecermos a importância das políticas sectoriais, bem como o seu impacto político nos concelhos e no distrito.

Que balanço faz destes dois anos de Governo PS, em particular no que respeita ao distrito de Coimbra?

Temos plena consciência das dificuldades com que nos deparámos ao assumir a governação do país. Os problemas eram muitos, dos quais destaque: um elevado défice orçamental, um elevado desemprego e ainda a estagnação da economia. Esta realidade teria de ser contrariada com coragem e determinação. Na resolução destes problemas assumiu-se uma política corajosamente reformista e conseguimos reduzir significativamente o défice orçamental, relançámos o crescimento económico em que as exportações foram um dos motores do crescimento a demonstrar ganhos de competitividade da nossa economia e estancámos o crescimento do desemprego. Com coragem reformámos a Segurança Social e temos pela frente o desafio da reforma da função pública (PRACE). No distrito de Coimbra, entre outros projectos, conseguimos que a construção do Hospital Pediátrico, a construção da ligação da Lousã à EN17, com construção da variante a Foz de Arouce, a construção do metro ligeiro de superfície e a construção da variante em Mira sejam definitivamente projectos irreversíveis. Porque temos ambição estamos longe do nosso sonho mas ainda faltam mais dois anos de governação.

Como avalia a acção do primeiro-ministro, José Sócrates?

Prestigiou Portugal no exterior e vem demonstrando ao contrário do que afirmavam alguns dos profetas da desgraça que o país é governável. Não tem defraudado as expectativas que o povo depositou nas urnas em Fevereiro de 2005.

Há alguma mensagem que gostasse de deixar aos militantes da Federação?

Que se mantenham atentos às descaradas mentiras que por aí estão para vir e preparados para conjuntamente combatermos aqueles que aos primeiros “raios de sol” já pensam ser donos do “sistema solar”.

O que é ser socialista, numa conjuntura marcada pelo domínio das ideias neoliberais e por uma certa teologia do mercado?

É ser o que sempre fomos e sem esquecer os valores da liberdade, da solidariedade e da fraternidade. É continuar com políticas que atenuem o sofrimento dos mais desfavorecidos. É reconhecer e não deixar a terceiros o papel do Estado na redistribuição da riqueza.



Visita do presidente da Federação, Victor Baptista, e do presidente da Concelhia, Luís Vilar, à Freguesia do Botão.

Júlio Retroz (à esquerda) tem sido determinante na manutenção da Junta de Freguesia sob a bandeira socialista que, com muitos outros camaradas, se tem empenhado por melhorar as condições de vida das suas populações. Esta é uma freguesia referência, porque, mesmo em alturas de crise, se mantém fiel aos seus princípios e aos seus ideais.



O apoio que o PS/Coimbra tem dado ao secretário-geral, José Sócrates, e há dois anos primeiro-ministro tem sido incedível. Determinados a combater por um futuro melhor, dando às novas gerações todas as hipóteses de viver num Portugal melhor do que encontraram, a unidade dos socialistas de Coimbra é um facto incontornável.



O trabalho que é necessário desenvolver para vencer todas as eleições que “amanhã” se disputarão, é um dever de todos. Entre os socialistas não poderão existir “apelos”!

A obrigação é “dizer” e “estar presente”. Uma vitória global é, não a melhor, mas a única forma para desenvolver Portugal. O PS é o partido da inclusão onde todos poderão participar.

IVG

A CONVITE da Federação de Coimbra, António Costa participou num debate sobre a interrupção voluntária da gravidez (IVG). Victor Baptista, João Portugal e Carla Vio-

lante, presidente do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas de Coimbra tiveram oportunidade de incentivar as mulheres à participação na vida pública

Durante o debate, os muitos militantes e simpatizantes do Partido

Socialista exprimiram a sua opinião sobre o tema, não deixando também de deixar algumas recomendações sobre a regulamentação desta lei.

O respeito pelo direito à vida sempre foi uma bandeira dos socialistas.

OPINIÃO

CARLOS MENDES
Federação Distrital
de Coimbra

COIMBRA TEM MAIS ENCANTO NA HORA... DO REENCONTRO

VIVI mais de três décadas na Alemanha, alguns deles exercendo o cargo de presidente da Federação do PS naquele país. Muitas vezes contactei grupos de jovens cantores idos da região de Coimbra. Tive, assim, a oportunidade de ouvir, outras tantas vezes, a Balada de Despedida do 6º ano médico: “Coimbra tem mais encanto na hora da despedida”. Meus olhos irritavam-se quando as guitarras iniciavam o seu “choro”.

As recordações das minhas origens, da terra, dos amigos e da família aqui deixada enchiam-me de emoções, por vezes, muito fortes.

O regresso foi sempre um objectivo e um destino. Assim aconteceu. Coimbra e sua região foram reencontradas.

Foi um viver intenso na campanha das legislativas de 2005: um palmilhar pelas ruas da Praia de Mira, tendo como “guia” Victor Baptista – meu velho camarada das longas reuniões do Rato.

Foi um redescobrir dos meus conterrâneos, nas longas caminhadas com o João Reigota pelas diversas localidades do meu berço de nascença, durante as autarquias, também de 2005, transmitindo a esperança num futuro já perto, para apagar a “noite escura” que ainda se estava a viver com a gerência municipal do PSD.

Foi uma repetição, agora muito mais enérgica, das lutas internas, aquando das campanhas para os órgãos federativos de Coimbra de 2006.

Foi um voltar às origens, em todos os sentidos.

Vivo com paixão a actividade partidária, integrado no Secretariado da Federação, activo e dinâmico.

Sinto os verdadeiros problemas do país e com mais particularidade as ansiedades das populações do distrito conimbricense, sejam do litoral, sejam da sua capital, sejam ainda as da serra.

Ouçó as análises políticas nacionais e distritais de um grande saber para quem as faz.

Comungo das grandes preocupações dos dirigentes federativos, chefiados por um atento e dinâmico presidente, na procura das soluções às grandes questões do distrito e continuamente na auscultação das suas bases.

Sofro e, registo como minha, a revolta perante a tentativa da “regionalização” de Coimbra para outros distritos, quando o país ainda não foi regionalizado.

Alegro-me – e revejo-me – com a nova geração de jovens, sempre interventiva, na defesa do ambiente, na melhoria da qualidade de vida e até mesmo a favor da Interrupção Voluntária da Gravidez.

Vejo com muita estima o trabalho das diversas concelhias: a grande Coimbra, o debate permanente com o seu timoneiro Luís Vilar; Figueira da Foz, a segunda maior, com as suas preocupações portuárias e as nefastas heranças do Santana; Soure com o seu dinamismo e participação; Penela na aproximação às bases; Miranda do Corvo na oposição impertinente; Póvoa do Varzim na luta contra o dinossauro autárquico do PSD e tantas outras. Todas elas em movimento dando corpo à força motor dos órgãos da federação.

É um constante palpitar de emoções e de sentimentos de outrora e entretanto esquecidas.

Reaprendo, afinal e simplesmente, como sempre fiz na vida, e só assim se pode compreender o verdadeiro sentido de estar presente neste mundo.

E porque estamos no ciclo – Dia do Cravo, Dia do Trabalho – dá-me força para dizer e, porque não, gritar: Fascismo – NUNCA. ABRIL – SEMPRE.

LIBERDADE – SEMPRE. EMPREGO COM QUALIDADE – SEMPRE. COIMBRA – SEMPRE.



O PS EM COIMBRA

FEDERAÇÃO

COMISSÃO POLÍTICA DISTRIITAL

Presidente da Mesa
Fausto Correia

Secretários
Teresa Alegre
Luís Vilar

Horácio Antunes
Henrique Fernandes
Abílio Vassalo de Abreu
José Augusto Brito Xavier
Maria Fernanda Pimentel
Carlos Ângelo Ferreira Monteiro
Vitor Manuel Camarneiro
Cristina Paiva
Jorge Manuel Fernandes Cosme
Jorge Manuel Lebre Veloso
Isabel Maria Ventura
Manuel Garcia Antão
Luís Carlos Pinto
Natália Maria Certo M. Conde
Raul Marques L. Pratas
António Manuel Mendes Lopes
Catarina Isabel Carvalho Jorge Lopes
António Simões Cardoso
António Ferreira Girão
Maria do Carmo S.C. Correia dos Santos

Jorge Martins
Mário Ruivo
Patrícia I. M. Fernandes
Mário Tarrafa
José Duarte Pereira
Maria Armanda Gavião
Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo
Jorge Lemos
Teresa Borges
Carlos Alberto Marques Teixeira
Carlos António Soares Mendes
Ana Luísa Santos Fresco
Luís Santarino Fernandes
Humberto Conceição
Maria do Carmo Grego Esteves
Américo Manuel Costa Figueiredo
Hildeberto António Soares Teixeira
Maria Elisabete C. Leonardo Lemos
Alcides Gomes Malhão
Fausto Martins Carvalho
Sandra Ralha Ribeiro
José Alberto Pereira
Apolino Santos Pereira
Adélia Assunção Mariano
José Fernando Oliveira Serrano
Henrique Reis
Maria Manuela Lima Silva Serra
António Santos Simões
Luís Marinho
Maria Teresa Alegre Portugal
Joaquim Antero Romero de Magalhães
Luís Manuel Ramos Pena
Rui Manuel dos Santos Namorado

João Maria Leitão Montesuma de Carvalho
Maria José Brito Moura
Rosa Maria Couto Castro Pita
José Domingos Cabeças
Horácia Vaz Pedrosa
Eliana Pinto
António José Dias Sousa
José Manuel Costa Reis Godinho
Victor Manuel Matos
Nelson Carlos Geadá de Sousa
André Gonçalo Dias Pereira
Luís Manuel Borges Coelho
Rui Manuel Oliveira Cardoso
José Mário Fonseca Monteiro
Cristina Assunção Martins
Luís Fernandes Gonçalves
Luís Miguel dos Santos Subtil
Mário João Menezes Paiva

Arminda Leonor Cortesão
Carlos Augusto Inácio Fonseca
Diamantino Jorge Simões Garcia
Maria Luísa Dias Ramos
Juvenal Ribeiro de Sousa
Marino Dias da Silva
Isabel Maria Carvalho dos Santos
Carlos Alberto Cioga
Nuno Filipe Reis da Silva
Rosália Maria Simões Mendes

Coordenadora Departamento Mulheres
Ângela Pinto Correia

Juventude Socialista
João Portugal
Nuno Gonçalves
Paulo Coelho
Ricardo Cruz
Rui Machado
Marco Ramalho
Rui Duarte

Suplentes
Marco Bruno Cardoso Góis
Francisco Reigota
António Rodrigues
André Monteiro

SECRETARIADO DA FEDERAÇÃO

Presidente
Victor Manuel Bento Baptista

Horácio André Antunes
Jorge Manuel Teixeira Bento
Ângela Pinto Correia
Vitor Manuel Camarneiro
Carlos Ângelo Ferreira Monteiro
Isabel Ventura
Manuel Antão
Jorge Cosme
Catarina Lopes
Américo Manuel Costa Figueiredo
Luís Carlos Pinto
Sandra Margarida Ralha da Silva
Paulo Penedos
Luís Santarino Fernandes
Aida Bicho
Hildeberto Teixeira
Eduardo Tenreiro
Graça Ruivo
Jorge Martins
Maria do Carmo Santos
Ana Gouveia
Carlos António Soares Mendes
Adélia Assunção Mariano
Carlos Augusto Inácio Fonseca
Teresa Simões
Sandra Margarida Pereira
Cristina Paiva
Henrique Reis
João Portugal
Carla Violante

COMISSÃO FEDERATIVA DE JURISDIÇÃO

José Manuel Ferreira da Silva
Maria Antónia Almeida Santos
Albertina Jorge
Francisco Nuno Melo Biscaia
Arménio Manuel Nabo Ferraz
Carlos Manuel Ribeiro Oliveira
Ana Isabel Janelas

COMISSÃO FEDERATIVA DE FISCALIZAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

António Silva Gomes
Álvaro Dias Martins Aroso

Diana P. C. Carvalho
Manuel Jesus Ribeiro
Nuno Miguel Figueiredo Cardoso

DEPUTADOS À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Matilde Sousa Franco
– Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
– Presidente do Grupo Trabalho Assuntos Culturais
– Membro Grupo Nacional da Assembleia da República no Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa

Victor Manuel Bento Baptista
– Comissão de Orçamento e Finanças
– Comissão de Saúde

Maria Antónia Almeida Santos
- Comissão de Saúde
- Comissão de Assuntos Europeus

Horácio Antunes
- Comissão de Obras Públicas
- Comissão do Poder Local e Ambiente
- Comissão de Fogos Florestais

Maria Teresa Alegre Portugal
- Comissão de Educação Ciência e Cultura

João Portugal
- Comissão de Trabalho e Segurança Social
- Comissão de Assuntos Europeus

DEPUTADO AO PARLAMENTO EUROPEU

Fausto Correia
- Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos
- Comissão dos Transportes e Turismo

PRESIDENTES DAS COMISSÕES POLÍTICAS CONCELHIAS

ARGANIL
Eugénio Fróis

CANTANHEDE
Rui Mendes Crisóstomo

COIMBRA
Luís Malheiro Vilar

CONDEIXA
Nuno Moita da Costa

FIGUEIRA DA FOZ
António João Teixeira Paredes

GÓIS
José Domingos Cabeças

LOUSÃ
Luís Antunes

MIRA
Licínio Jesus Palhavã

MIRANDA DO CORVO
Mário Lopes Cardoso

MONTEMOR-O-VELHO
Emílio Torrão

OLIVEIRA DO HOSPITAL
José Francisco Rolo

PAMPILHOSA DA SERRA
Eliana Cristina Pinta

PENACOVA
Pedro Coimbra

PENELA
Luís Manuel Francisco Filipe

SOURE
Mário Jorge da Costa R. Nunes

TÁBUA
José Alberto Pereira Vieira

VILA NOVA DE POIARES
Luís Miguel dos Santos Subtil

JUVENTUDE SOCIALISTA

COMISSÃO POLÍTICA DISTRIITAL

João R. H. S. Moura Portugal
Marco A. Marques Ramalho
Nuno Miguel G. M. Gonçalves
Rui Pedro Gonçalves Duarte
Helena Isabel de Jesus Neves
Hugo Emanuel R. Pereira
Ricardo M. O. da Silva Cruz
Nuno Ricardo Marques Ventura
Luís Filipe Batista Lusitano
Francisco Daniel Soares Reigota
Daniel R. dos Santos Costa
Hugo Pedro Cabral Fernandes
António José Correia Rodrigues
Pedro R. C. Ferreira Carlos
João Miguel Carvalho Mourão
João Pedro Gomes Breda
Mário João Menezes Paiva
Marco Bruno C. B. de Freitas Góis
Milene Catarina Pereira Cunha
Diana R. R. de Almeida Rodrigues
Carina Raquel Lemos Coelho
Virgílio Manuel Raposo Esteves
André Hélio Fonseca Correia
João Pedro Ministro São Marcos
Vasco Rodrigues Moreira Cardoso
Rui Pedro Lizardo Roque
Marina Resende Gomes da Silva
Filipe André Subtil de Matos
Pedro Tiago Figueiredo Alboim
Ricardo Nuno Rosete Simão
João Manuel Pereira Jesus
Filipe Miguel Francisco Ferreira
Luís Manuel Mendes Ribeiro
José Carlos de Jesus Neves
Luís Miguel Amaro Fernandes
Nuno José Carapeto dos Santos
Luís Miguel Alves Novo
David Miguel S. F. Correia Pinto
Alberto P. da Ascensão D. Gomes
Diogo Coelho Feteira
Rita Rodrigues dos Santos Costa
Tiago Fernando Conde de Araújo
Rui Miguel Coelho Paulino
Diogo António Moreira S. Pereira
Ricardo João E. Ferreira Simões
David André Dias Davim
Gonçalo Nuno T. Duarte Venâncio
Marta Sofia Martins Lopes
Vitor Gabriel R. Gomes Oliveira
Ricardo Jorge Marques Figueiredo
Marco Bruno Martins Veiga Antunes
Rui Alexandre Brinca Machado
Paulo Alexandre Lemos Coelho
João André Braz Tralhão

Francisco José M. Borges Garcia
Sónia Margarida Mendes Barbosa
Renato Filipe Nunes França
Luís Filipe Carvalho Pereira
Nuno Humberto Cardoso Teodósio
Paulo Rui da Costa Valério
Tiago Gomes T. Castelo Branco
Rui Pedro Dionísio Marques
Ana Catarina Antunes Ramalhete
Isa Maria Ramos Ribeiro
Fernando José Domingues Madeira
Tatiana Arine L. Brito Nunes
Rui Pedro Couceiro Teixeira
Sérgio Alexandre F. S. Abade
André Vicente de C. Monteiro

COMISSÃO FEDERATIVA JURISDIÇÃO

Rui Pedro Dionísio Marques
Ana Catarina Antunes Ramalhete
Isa Maria Ramos Ribeiro
Fernando José Domingues Madeira
Tatiana Arine L. Brito Nunes

SECRETARIADO

João Portugal
Nuno Gonçalves
Paulo Coelho
Ricardo Cruz
Rui Duarte
Mário Paiva
Marco Góis
Rui Pedro Teixeira
Francisco Reigota
Ricardo Figueiredo
Rui Roque
Sónia Barbosa
Rui Machado
Muno Ventura
Pedro Roberto
António Rodrigues
Sérgio Abade
Hugo Cabral
Ricardo Simão
André Pinto
Ricardo Ferreira
André Monteiro
Daniel Costa
André Correia
Milene Costa
Virgílio Raposo
Leonigildo Bordado
Ricardo Soares

MULHERES SOCIALISTAS

Presidente
Carla Violante

Secretariado
Natália Conde
Irene Ferreira
Isabel Cruz
Joana Barreto

Conselho Consultivo

Ana Cristina Paiva
Maria Isabel Verão
Maria Manuela Serra
Ana Sofia Brandão
Teresa Coimbra
Horácia Pedrosa
Maria de Lurdes Carvalho
Ana Teresa Manaia do Vale
Benvinda Costa
Elisabete Lemos
Eugénia Cruz
Fernanda Pimentel
Irene Ferreira
Maria Armanda Gavião
Maria do Carmo Santos
Natália Conde

Preços dos medicamentos baixam em Maio

Como resultado da nova fórmula de cálculo dos preços dos remédios de marca implementada pelo Governo do PS e da redução do preço de 2400 genéricos, os doentes poderão poupar, num ano, cerca de 23 milhões de euros, enquanto o Estado deixará de gastar 49 milhões, numa poupança total estimada de 72 milhões de euros.

OS DADOS foram divulgados recentemente pelo Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (Infarmed), numa comunicação do seu mais alto responsável, Vasco Maria, em que também se adiantou que, a partir de Maio, o preço de todos os medicamentos passa a ser comparado e ajustado à média de custos praticada em Espanha, França, Grécia e Itália.

Além disso, o Governo acordou com a indústria farmacêutica o congelamento das subidas dos preços dos medicamentos até 2009.

Também em Maio, perto de 2400 genéricos verificarão uma descida no seu valor de venda ao público.

No total, 72 por cento dos genéricos do mercado, representando 21 substâncias activas, ficarão mais baratos, calculando-se que, no período de um ano, esta variação negativa nos preços represente uma poupança de 29 milhões de euros (19 milhões para o Serviço Nacional de Saúde e 10 milhões de euros para os utentes).

As reduções, estabelecidas por portaria, variam de 5, 9 e 12 por cento, consoante a progressão da quota de mercado, pelo que esta medida incide sobretudo nos campeões de vendas indicados para o tratamento do colesterol, da diabetes e da obesidade, por exemplo.

O Infarmed quer que os genéricos, que representam 17,2 por cento do mercado total dos medicamentos, cheguem aos 20 por cento de quota até ao final de 2008 e cubram um maior número



de tratamentos. Para isso, serão realizadas em Junho acções de sensibilização junto dos profissionais de saúde para a qualidade dos medicamentos e, mais adiante, em Setembro, será lançada uma campanha publicitária junto do público.

O Instituto pretende também proceder ao incentivo das empresas dos genéricos no sentido de apostarem em novas áreas de tratamento.

Entretanto, o Infarmed divulgou também que a venda de medicamentos sem receita médica fora das farmácias aumentou exponencialmente no início do corrente ano.

O Ministério da Saúde está apostado em impulsionar a duplicação do número de medicamentos acessíveis em parafarmácias, aprovando mais 266 remédios.

Correia de Campos, titular da pasta da Saúde, espera incentivar, pelo alargamento, as vendas fora das farmácias em cerca 200 por cento, até ao final de 2007.

Aprovada liberalização da propriedade das farmácias

Entretanto, o pedido de alteração legislativa que o Governo apresentou à Assembleia da República no sentido de liberalizar a propriedade das farmácias foi aprovado simultaneamente na generalidade,

na especialidade e em votação final global, com os votos favoráveis do Grupo Parlamentar do PS.

A medida, anunciada pelo primeiro-ministro em Maio do ano passado, num debate mensal dedicado às políticas de acesso ao medicamento, visa o fim de “um regime de condicionamento reconhecidamente anacrónico que perdurou tempo de mais”.

Há um ano, José Sócrates adiantou que também seria estabelecido um limite à concentração da propriedade das farmácias, de maneira a que “nenhuma pessoa ou entidade possa deter, directa ou indirectamente, mais do que quatro farmácias”.

Assim, a autorização dada pelo Parlamento permitirá ao Governo retirar à classe farmacêutica o exclusivo da propriedade das farmácias e concretizar esse limite do número de estabelecimentos na posse de cada pessoa ou entidade.

O Executivo deverá ainda alterar o regime de propriedade das farmácias, permitindo-lhes vender medicamentos ao domicílio e pela Internet.

No plenário do passado dia 19 de Abril, os deputados debateram também uma proposta que autoriza o Governo a adaptar o regime geral das contra-ordenações às infracções cometidas no exercício da actividade farmacêutica. **M.R.**

OPINIÃO



MARCOS SÁ
Deputado do PS

Assim, os Sistemas, os seus gestores, os organismos com competências de tutela têm agora a função de aplicarem esta estratégia de desenvolvimento sem perderem de vista a preocupação da preservação do equilíbrio entre as componentes social, ambiental e económica

NOVA ESTRATÉGIA PARA OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

EM 1997 o Governo de António Guterres aprovou pela primeira vez um Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU). Este foi um passo fundamental para termos hoje no terreno uma política nacional de resíduos.

Se fizermos o balanço dos resultados do PERSU chegamos à conclusão que foi bastante positivo para o país, pois obteve como sucessos visíveis o encerramento das lixeiras, a criação de sistemas multimunicipais e intermunicipais de gestão de RSU, a construção de infra-estruturas de valorização e eliminação e a criação de sistemas de recolha selectiva multimaterial.

Na prossecução desta tarefa e cumprindo o programa deste Governo, onde se referia a necessidade de “intensificar as políticas de redução, reciclagem e reutilização, bem como assegurar as necessárias infra-estruturas de tratamento e eliminação”, o ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional fez aprovar recentemente em Conselho de Ministros o PERSU II.

De forma breve, importa referir que a elaboração do PERSU II (2007-2016) foi entendida como um desafio inadiável para que o sector possa dispor de orientações e objectivos claros, bem como de uma estratégia de investimento que confira coerência, equilíbrio e sustentabilidade à intervenção dos vários agentes, tendo sido definidas as seguintes linhas estratégicas: reduzir, reutilizar, reciclar; separar na origem; minimizar a deposição em aterro; “Waste to Energy” para a fracção “resto” (não reciclável); “Protocolo de Quioto”: compromisso determinante na política de resíduos; informação validada a tempo de se poderem tomar decisões; Estratégia de Lisboa: Sustentabilidade dos sistemas de gestão.

Esta estratégia tem como objectivo revolucionar o panorama da gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) em Portugal, prevendo-se que no horizonte do PERSU II: 1. A valorização orgânica de RUB (resíduos urbanos biodegradáveis) recolhidos selectivamente aumente cerca de 10 por cento; 2. A triagem multimaterial aumente cerca de 10 por cento; 3. O TMB (tratamento mecânico biológico) aumente mais de 20 por cento; 4. A deposição em aterro se reduza em mais de 40 por cento mantendo-se a capacidade actual de incineração directa de RSU (resíduos sólidos urbanos).

Assim, os Sistemas, os seus gestores, os organismos com competências de tutela têm agora a função de aplicarem esta estratégia de desenvolvimento sem perderem de vista a preocupação da preservação do equilíbrio entre as componentes social, ambiental e económica.

Se é certo que hoje os resíduos devem começar a ser vistos como um recurso, importa enaltecer o Governo no que diz respeito à abordagem que efectuou nesta estratégia pois vai no sentido de promover ao máximo a valorização dos resíduos e à responsabilidade individual de cada cidadão neste objectivo ambiental, que terá que ser obrigatoriamente de todos.



LINHA “SAÚDE 24” AJUDA A DESCONGESTIONAR URGÊNCIAS - 808242424

A LINHA telefónica de atendimento “Saúde 24” entrou já em funcionamento e, segundo estimativas da Direcção-Geral de Saúde, espera-se que evite que mais de 13 mil utentes recorram, por mês, às urgências hospitalares.

Este centro de atendimento vai permitir ao utente, através do número **808242424**, ver esclarecidas as suas dúvidas em relação a eventuais sintomas e também receber informações gerais sobre saúde pública ou saber qual o Centro de Saúde mais próximo.

Será também possível, em breve, obter dados sobre as farmácias de serviço na zona de residência do utente.

Refira-se que no contrato com a Linha de Cuidados de Saúde, SA, o Ministério da Saúde prevê investir até 45 milhões de euros durante os quatro anos de

duração efectiva do acordo – que terminará em 2010 –, podendo estender-se por mais um ano, após tomada a decisão nesse sentido a meio do período de vigência do mesmo.

Ramiro Martins, administrador-delegado da empresa responsável pela nova ligação telefónica, clarificou, durante a apresentação do centro de atendimento, no passado dia 24, que enquanto alguns utentes deixarão de recorrer à urgência, “outros serão para lá encaminhados” quando for caso disso.

Por seu turno, a subdirectora-geral de Saúde, Filomena Parra, adiantou que, embora não esteja previsto no projecto, admite-se a possibilidade de a linha poder servir para fazer marcação de consultas. **M.R.**

OPINIÃO

VENTURA LEITE
Deputado do PS

Mobilizar a sociedade portuguesa nos dias de hoje faz sentido? Isso não soa a romantismo? Para mim, não!

A ESQUERDA NO COMBATE À POBREZA (II)

O TEMA que propus no artigo anterior, “mobilizar o país para vencer a pobreza”, só pode, obviamente, ser abordado por etapas.

Hoje, explicito os pressupostos:

1º. A esquerda é, historicamente e de forma simplificada, a expressão política das forças progressistas da sociedade, e o século passado testemunhou o seu desempenho e contributo para grandes transformações económicas, sociais e políticas.

A esquerda começou por chegar ao poder contra regimes autocráticos através de processos revolucionários, os quais originaram ditaduras auto-apelidadas de democracias populares. A democracia começou a substituir as “democracias populares”.

Em regimes democráticos, ainda pouco consolidados, a esquerda chegou ao poder, também, por via eleitoral, sendo a expressão de grande mobilização popular de quem tinha pouco ou nada a perder. Estes processos terminaram por vezes de forma dramática para os cidadãos, como no Chile. Não será de excluir que um novo caso ocorra na América Latina!

Depois da Segunda Guerra Mundial, em democracias consolidadas, a esquerda esteve fortemente associada a uma vontade de mudança das condições de vida dos cidadãos. O Estado-Providência que a Europa construiu tem uma marca de esquerda decisiva.

Mas a Europa não conheceu apenas o Estado-Providência. Com efeito, transformações sociais e culturais significativas ocorreram na Europa por acção de múltiplas forças e dinâmicas. A juventude de Maio de 68 em França ou a geração dos Beatles ajudaram a desencadear ou a reforçar dinâmicas sociais de mudança muito para além da acção da esquerda. O fim da Guerra Fria e um desempenho económico que parecia imparável e inesgotável na Europa parecem estar na origem de uma (e)in)volução da esquerda, num quadro que prenuncia o fim das ideologias. Passámos a ver a esquerda a chegar alternadamente ao governo e a agir cada vez mais com sentido essencialmente tecnocrático, ou, numa linguagem muito utilizada nos tempos que correm, também chamado de pragmático. A mobilização dos cidadãos já não é tão visível. Neste patamar distingue-se da governação da direita porque assume o social com mais coração, embora de forma económica e financeira não necessariamente sustentável.

Nos primeiros anos deste novo século, a esquerda no poder foi confrontada, pela primeira vez, com a necessidade de repensar o Estado-Providência e a sua sustentabilidade. Na Alemanha, um Governo social-democrata tomou medidas, antes impensáveis, no financiamento da saúde, na legislação laboral e na segurança social. Pagou eleitoralmente essa opção, embora seja louvado agora por um Governo do centro-direita, por ter prestado um serviço útil ao país. Em Portugal, o PS está corajosamente a fazer o mesmo. A fazer algo impensável para o próprio PS há poucos anos atrás.

2º. Percebemos melhor, hoje, que nem tudo nem todos os que nós colocamos na direita são contra o progresso, contra a igualdade, ou contra o direito à justiça. Da mesma forma que nem todos os que militam dentro da esquerda honram os pergaminhos do trajecto da esquerda.

O progresso recente da humanidade tem

sido sempre o resultado da mobilização e dinâmica do conjunto da sociedade, onde a esquerda teve o seu papel muitas vezes decisivo. Mas, nalguns casos, reconheça-se que esteve, também, associada ao pior.

Assim, e neste quadro evolutivo, não surpreende que a distinção entre esquerda e direita diga cada vez menos aos cidadãos.

3º. Objectivamente, a indiferença dos cidadãos serve as forças que se opõem às mudanças e à correcção das desigualdades e das injustiças.

Entendo, por isso, que a esquerda só faz real sentido quando se empenha na mobilização da sociedade no caminho do progresso.

Na minha perspectiva, a esquerda e direita modernas diferenciam-se, hoje, não na bondade das suas ambições (querem ambas mais progresso com justiça e igualdade), mas no papel que atribuem e partilham com os cidadãos na caminhada para uma sociedade melhor.

Quando, no cenário actual, uma esquerda aposta as suas marcas diferenciadoras em questões ditas fracturantes, considero que estamos perante uma esquerda intelectualmente preguiçosa e superficial, preocupada com o politicamente correcto, julgando a sociedade a chegar ao fim da História.

Há alguns meses atrás, um destacado jovem da nossa esquerda afirmava que a principal diferença entre a esquerda e a direita se situa, hoje, ao nível dos costumes!

4º. Mas, falar-se em mobilizar a sociedade portuguesa nos dias de hoje faz sentido? Isso não soa a romantismo? Para mim, não!

Em Abril de 1974, Portugal só podia melhorar e tinha as condições de partida para isso. Os anos que se seguiram foram de mobilização da sociedade portuguesa. Em que sentido, com que prioridades e resultados, isso é outra coisa!

Em 2007 estamos claramente melhor, mas com grandes riscos e difíceis desafios pela frente, pois temos um nível de bem-estar parcialmente artificial, fortemente subsidiado pela União Europeia e alimentado por recurso a crédito externo, num quadro totalmente insustentável a prazo, e que pode evoluir dramaticamente se não forem rapidamente feitas mudanças e ajustamentos, alguns certamente dolorosos.

Mobilizar a sociedade portuguesa nesta fase da vida do país não é, pois, um capricho romântico de esquerda! É um desafio concreto que põe à prova a visão, a credibilidade e o sentido da história de um Governo de esquerda!

Tornar o país autoconfiante e competitivo, e combater a pobreza e os seus factores, são dois desafios ao nosso alcance.

Algumas reformas de que o país carece também podem significar benefícios para os cidadãos, compensando mais impostos pagos, menores actualizações salariais, mobilidade laboral na Função Pública ou aumento do período de trabalho para a reforma.

Combater a pobreza de forma integrada e envolvendo a sociedade, mesmo que com resultados práticos a médio/longo prazo, constitui uma forma de transmitir confiança e segurança aos portugueses. Muita coisa está a ser feita, mas pode fazer-se mais e com impacto social mobilizador!

Concelhia de Lisboa aprova moção de solidariedade a Sócrates



A COMISSÃO Política Concelhia do PS/Lisboa aprovou uma moção, por maioria com uma abstenção, em que manifesta “a sua intransigente solidariedade” ao secretário-geral e primeiro-ministro, José Sócrates, exortando-o a “prosseguir, sem hesitações, no caminho da implementação das reformas necessárias para o país”.

A Concelhia manifesta ainda ao camarada José Sócrates “a sua total disponibilidade para continuar – como o tem feito até aqui – a desenvolver todas as acções necessárias de esclarecimento e debate sobre as diferentes reformas sectoriais que têm vindo a ser anunciadas e implementadas”.

Na moção aprovada em reunião da Comissão Política da Concelhia realizada na sede nacional, refere-se que “tem sido por força e determinação do nosso primeiro-ministro, camarada José Sócrates, que se têm combatido os diversos privilégios e interesses instalados

no nosso país, nomeadamente dos grande grupos económicos, combate esse que, naturalmente, mobiliza esses mesmos interesses e grupos contra o nosso Governo e, em particular, contra José Sócrates”.

Por isso, conclui a Concelhia, “é à luz desta realidade” que se deve interpretar “esta campanha ignóbil e suja contra aquele que, por coerência, vontade, coragem e determinação tem vindo paulatinamente a impor esta agenda reformista no país”.

E, se dúvidas houvesse, “bastava constatar como o principal partido de oposição, o PSD, pela voz do seu líder e apaniguados, têm vindo a ‘surfear’ na onda da comunicação social, confundindo-se, por vezes, quem é quem nesta guerra suja e terrorista: se alguns órgãos de comunicação de propriedade destes grupos económicos, se o deputado Branquinho e o seu líder Marques Mendes”, refere ainda a moção. J.C.C.B.

PS/Almada exige mais e melhor estacionamento no concelho

OS SOCIALISTAS de Almada estão a levar a cabo uma campanha de recolha de assinaturas com o objectivo de reivindicar “mais e melhor estacionamento” no concelho, depois das obras do Metro Sul do Tejo, que decorrem no centro da cidade, já terem suprimido cerca de 400 lugares. Números que podem chegar aos 1014 lugares quando as obras estiverem concluídas, no final de 2008.

Depois da primeira recolha de assinaturas, no dia 28 de Abril, os socialistas de Almada vão estar no dia 5 de Maio junto à Praça Gil Vicente e no Largo Alfredo Dinis para efectuar a segunda recolha de assinaturas, que será depois entregue à Câmara de Almada (CDU).



O PS/Almada refere que a autarquia comprou terrenos para a construção de parques de estacionamento, mas nunca os utilizou.

Os socialistas acusam ainda a câmara de esperar que seja o Governo ou a concessionária a construir os parques, enquanto quem sente no dia-a-dia as dificuldades são os moradores e comerciantes.

Parlamento avalia reforma da tributação automóvel

HÁ VÁRIAS décadas que associações representativas, partidos políticos e consumidores reclamam por profundas alterações nas regras fiscais do sector automóvel.

Fiel ao seu compromisso de caminhar inexoravelmente no sentido de uma política de profundas reformas para o país, o Governo do Partido Socialista acaba de apresentar no Parlamento a nova lei da reforma da tributação automóvel, que aguarda agora promulgação do Presidente da República.

Para a associação das empresas do sector, trata-se de uma proposta corajosa em reduzir a fiscalidade sobre veículos “amigos do ambiente”, designadamente, como sublinha a associação, os diesel menos poluentes e os híbridos, lembrando que o aumento previsto da carga fiscal para as “pick-ups” com mais de 3,5 toneladas de peso bruto, continuar a ser, contudo, um problema a merecer uma especial atenção das autoridades.

Reforçando a seu aplauso pela anunciada reforma da tributação automóvel, em que uma parte dos impostos será cobrada ao longo da vida útil do veículo, a Associação Nacional das Empresas do Comércio e Reparação Automóvel (ANECRA) lamenta, contudo, a manutenção do IVA sobre o Imposto Sobre Veículos (ISV), referindo que se trata de “uma dupla tributação” que, em sua opinião, “continua a ferir os interesses do sector automóvel e dos consumidores em geral”.

Para o Governo, a sua proposta de lei substancia uma reforma global da tributação automóvel, com a qual se visa, sobretudo, alterar a filosofia e os princípios subjacentes ao quadro vigente, “incentivando a utilização de energias renováveis e a opção por veículos e tecnologias

menos poluentes” em cumprimento, recorda, do Programa do Governo e de acordo com os “compromissos assumidos no âmbito do protocolo de Quioto e das metas do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) 2006”.

Com a introdução desta nova reforma, refere ainda o Executivo socialista, o que se pretende é, por um lado, alterar as regras existentes, e, por outro lado, introduzir novos mecanismos nos códigos do imposto sobre veículos e no código do imposto único de circulação, “abolindo, em simultâneo, o imposto automóvel, o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem”.

As alterações mais relevantes, ainda na perspectiva do Governo, prendem-se, por um lado com o alargamento da tributação em função da componente ambiental, e, por outro lado, com a deslocação de uma parte da carga fiscal do imposto devido pela aquisição do automóvel para a fase da circulação.

Recorde-se que perante as novas regras, que o Governo pretende ver implementadas já a partir do próximo dia 1 de Julho de 2007, a liquidação do imposto passa a ser efectuada pelo próprio sujeito passivo, através da Internet ou por qualquer serviço de finanças, sendo que, para as pessoas colectivas, a liquidação do mesmo é obrigatoriamente feita através da Internet, dispensando-se a aposição do dístico.

Os partido, da oposição com representação parlamentar, apesar de já terem afirmado que vão propor em comissão da especialidade algumas alterações à lei, manifestaram o seu acordo reconhecendo a vantagem de os impostos automóveis passarem dos actuais quatro para dois. **R.S.A.**

PS exige atestado de capacidade física e psíquica aos donos de cães perigosos

J. C. CASTELO BRANCO

AUMENTO das exigências e obrigações para os donos de cães e outros animais perigosos ou potencialmente perigosos, agravamento das sanções aos vendedores de animais que não cumprem com a obrigação de colocar “microchips” electrónicos e proibição da publicidade à comercialização de raças especialmente perigosas. Estas são as principais propostas do projecto de lei do PS que altera o regime jurídico de detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos como animais de companhia.

Na apresentação na Assembleia da República do diploma socialista, a deputada Rosa Maria Albernaz referiu que “os recentes casos mediáticos de ataques de animais, nomeadamente cães, a pessoas, causando-lhes ofensas à integridade física, quando não mesmo a morte”, vieram, mais uma vez, “alertar para o problema da regulamentação do regime de detenção de animais de companhia perigosos e potencialmente perigosos”.

Reconhecendo que “a perigosidade canina, mais do que uma decorrência da raça ou cruzamento de raças, se prende muitas vezes com factores relacionados com o perfil do seu proprietário ou detentor, com o tipo de treino que lhes é ministrado e com a ausência de socialização a que os mesmos são sujeitos”, Rosa Maria Albernaz sublinha que o projecto de lei do PS estabelece, em primeiro lugar,

“a introdução de requisitos adicionais” para os titulares de licenças de detenção deste tipo de animais, “procurando contribuir para uma melhor avaliação e triagem dos detentores deste tipo de animais, nomeadamente por via da exigência de um atestado de capacidade física e psíquica”.

Por outro lado, sublinhou, o PS pretende que nenhum animal potencialmente perigoso possa ser vendido sem ter já implantada a cápsula de identificação electrónica, “microchipe”, que se proíba a publicidade à comercialização deste tipo de animais, e que haja um maior controlo à actividade dos criadores de cães de raças consideradas potencialmente perigosas.

Finalmente, referiu ainda Rosa Albernaz, são agravadas em um terço dos limites mínimos e máximos das coimas por incumprimento da lei em vigor, sempre que estejam em causa “situações de reincidência”, porque “a realidade tem demonstrado que os prevaricadores nesta matéria são normalmente recorrentes”.

Na sua intervenção, a deputada socialista fez questão de sublinhar, “para que não restem dúvidas”, que a “preocupação” que move o PS com a apresentação deste diploma “não é qualquer ataque a criadores ou comerciantes deste tipo de animais”. Trata-se, em última instância, adiantou, de “medidas necessárias para prevenir situações de perigo para as pessoas e para os próprios animais”.

OPINIÃO



MARISA COSTA
Deputada do PS

O PS nunca admitiu, admite ou admitirá que o acesso a direitos essenciais fique refém da capacidade económica de cada cidadã ou cidadão

VACINA QUE PREVINE O CANCRO DO COLO DO ÚTERO

O caminho do PS será o do conhecimento e dos avanços técnicos e científicos, acompanhado de uma estratégia global de prevenção primária e de combate ao cancro do colo do útero

NO DEBATE na AR sobre o projecto de resolução apresentado pelo PEV relativo à integração da vacina que previne o cancro do colo do útero no Plano Nacional de Vacinação, o PS deixou bem claro que não foram critérios economicistas que ditaram o seu voto contra.

O PS nunca admitiu, admite ou admitirá que o acesso a direitos essenciais fique refém da capacidade económica de cada cidadã ou cidadão.

O que determinou o sentido de voto do PS foram critérios de natureza técnica e científica, bem como a necessidade de implementação de uma estratégia global de prevenção primária e de combate a este flagelo que atinge muitas mulheres portuguesas, designadamente através do reforço dos programas de rastreio e do papel fundamental da educação para uma sexualidade afectiva, responsável e protegida.

Se o PEV quisesse dar um verdadeiro contributo nesta matéria não se limitaria a propor única e exclusivamente a integração imediata desta vacina no Plano Nacional de Vacinação. Todos os partidos sabem e sabem que qualquer vacina antes de integrar o Plano Nacional de Vacinação segue determinados procedimentos.

Após o seu licenciamento, tem um período inicial de venda mediante prescrição médica, a que se segue a sua comparticipação pelo SNS e só posteriormente é tomada a decisão da sua introdução no Plano Nacional de Vacinação, mediante avaliação e ponderação rigorosas.

A vacina contra o vírus do papiloma humano (VPH), cuja infecção se transmite, habitualmente, por via sexual e é a principal causa de cancro do colo do útero, foi licenciada em vários países no ano de 2006 e é comercializada em Portugal desde Janeiro de 2007. Estamos em Março e o Ministério da Saúde deu já início ao processo de avaliação das melhores estratégias a adoptar em função da epidemiologia da infecção/doença pelo VPH.

Neste domínio, como noutros, o Ministério da Saúde tem seguido uma actuação coerente e cuidada, tem traçado objectivos muito claros e está a proceder, como procedeu e procede sempre que surge uma nova vacina com interesse em poder integrar o Plano Nacional de Vacinação.

A maioria dos países da União Europeia estão exactamente nesta fase de análise e avaliação das melhores opções a tomar para a prevenção e combate do cancro do colo do útero.

A descoberta e disponibilização desta vacina constitui mais um grande passo para a investigação científica e a mesma apresenta um bom perfil em termos de eficácia,

qualidade e segurança.

Existem, no entanto, algumas questões em aberto que, pela importância que assumem, importam analisar e avaliar e que estão relacionadas com a necessidade de estudar adequadamente a epidemiologia da infecção pelo vírus do VPH em Portugal; a relação entre os benefícios, riscos e custos da vacina; a duração da protecção conferida pela vacina; as consequências que a vacina pode vir a ter nos programas de rastreio do cancro do colo do útero; os benefícios para a saúde individual e para a saúde pública; se existe ou não conflito de interesses relativamente às firmas farmacêuticas responsáveis pelo desenvolvimento das vacinas.

Todas estas questões não se encontram abordadas, esclarecidas e fundamentadas no projecto de resolução apresentado pelo PEV, tendo este partido assumido no debate parlamentar que ainda não existem pareceres de especialistas na matéria neste sentido.

Mas todos estes dados têm de ser bem conhecidos, porque no momento em que se introduz uma vacina no Plano Nacional de Vacinação, está a tornar-se universal e obrigatório o seu uso e, neste caso, as interacções com outras vacinas em crianças e em jovens, que são vacinados para múltiplas outras doenças, ainda não são suficientemente conhecidas.

Por outro lado, a vacina não protege contra a infecção por todos os tipos de VPH, não prevenindo a totalidade dos casos de cancro do colo do útero. É exclusivamente preventiva e deve ser administrada, de preferência, antes do início da actividade sexual, tendo a Direcção-Geral da Saúde afirmado recentemente que a abordagem estratégica mais sábia, antes de se decidir incluir a vacina no Plano Nacional de Vacinação, é a de que se cumpram as recomendações relativas ao rastreio do cancro do colo do útero.

Estes programas possibilitam uma detecção precoce de lesões que, em alguns países europeus, resultaram numa redução dos casos de cancro em 80 por cento.

O Grupo Parlamentar do PS irá seguir com particular atenção o desenvolvimento deste processo e, no exercício da sua actividade fiscalizadora, utilizando todos os meios que estiverem ao seu alcance, pugnar para que o Governo adopte a melhor estratégia no âmbito da prevenção e do combate a este flagelo que afecta especialmente as mulheres, castrando-lhes a saúde, a vida, a esperança e que urge erradicar na medida do conhecimento e dos avanços técnicos e científicos.

OPINIÃO



CARLOS LOPES
Deputado do PS

Os sinais que o Governo deu nestes primeiros meses deixam a indicação de que existe um rumo a seguir

2007 É UM ANO DECISIVO PARA A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

O SEGUNDO relatório da Comissão Eventual para os Fogos Florestais, aprovado por unanimidade dos partidos políticos com assento nesta Comissão Parlamentar em Janeiro último, teceu um conjunto de dez recomendações de cariz operacional ao Governo, a partir da análise realizada ao período crítico de incêndios florestais.

A acção governativa durante 2006 incidiu sobretudo na construção do edifício legal e institucional preconizado nas medidas propostas no Conselho de Ministros Extraordinário de 28 de Outubro de 2005, como se deu conta nos dois relatórios produzidos pela Comissão Eventual para os Fogos Florestais. Os resultados apurados em 2006, que foram bastante animadores sobretudo face à redução da área ardida, deixaram um sinal claro de que a política do Governo está no bom caminho.

Foi, pois, opinião unânime dos deputados que integraram a referida Comissão Parlamentar que o ano de 2007 seria um ano decisivo para a consolidação da Política Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, concretizando uma iniciativa liderada pelos deputados socialistas, numa perspectiva da continuidade da acção da Assembleia da República.

Os sinais que o Governo deu nestes primeiros meses deixam a indicação de que existe um rumo a seguir. Disso são exemplos os exercícios "PRO-CIV2007" em Março, em que foram realizados em todo o país simulacros de intervenções de protecção civil, desenvolvidos com o objectivo de apurar e corrigir as deficiências por forma a melhorar a organização da resposta ou as assinaturas dos protocolos de cooperação entre a Guarda Nacional Republicana e a Direcção-Geral dos Recursos Florestais para a modernização da Rede Nacional de Postos de Vigia e entre aquela Direcção-Geral e o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil com o objectivo da realização de uma única campanha de sensibilização para os cidadãos sobre a prevenção dos incêndios florestais, actualmente em curso. Refira-se que essas são acções convergentes para a redução do número de ignições e dos incêndios florestais de grandes dimensões, dois aspectos que na óptica da Comissão Eventual para os Fogos Florestais deveriam ser merecedores de actuação específica na acção do Governo em 2007.

A Directiva Operacional Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, apresentada publicamente em 14 de Abril, constituiu mais um marco na caminhada determinada deste Governo na mitigação, de uma forma sustentada, do problema dos incêndios florestais do nosso país.

A formação e apetrechamento dos bombeiros e demais agentes de protecção civil que participam no combate aos incêndios florestais, a acção dos municípios no ordenamento dos territórios rurais, a promoção do envolvimento dos cidadãos e da sociedade e o fomento da colaboração institucional dos organismos públicos com responsabilidades nesta matéria são alguns dos desafios que se colocam e cuja prossecução é determinante para que Portugal possa criar as condições para solucionar o problema dos incêndios florestais.

Temos a consciência de que o caminho a percorrer é longo, mas também a percepção de que o Governo, de uma forma pragmática, tem dado os passos correctos nesse sentido.

Os relatórios produzidos pelos deputados socialistas Miguel Freitas e Carlos Lopes podem ser consultados em <http://www.parlamento.pt/comissoes/index.aspx>

Alqueva vai duplicar regadio criado em Portugal nos últimos 70 anos



Os 110 MIL hectares de regadio do Alqueva, a criar até 2015, vão duplicar a área irrigada instalada em Portugal nos últimos 70 anos, afirmaram os deputados do PS eleitos por Beja, Luís Pita Ameixa e Marcos Perestrello.

"Nos últimos 70 anos, foram instalados 115 mil hectares e, com o Alqueva, essa área vai duplicar, até um total de 225 mil hectares", disse um dos deputados, Luís Pita Ameixa, acrescentando que "é importante sublinhar esta discriminação positiva que o Alqueva representa para o Alentejo, sobretudo na área agrícola".

Os dois deputados do PS eleitos por Beja, realizaram uma conferência de Imprensa, naquela cidade alentejana, onde abordaram questões relacionadas com a política agrícola, com particular destaque para o Alqueva, um empreendimento aguardado há décadas pelos alentejanos e que foi concretizado no Governo de António Guterres.

Luís Ameixa salientou que o empreendimento de Alqueva, "um dos maiores investimentos públicos, desde sempre, em Portugal", representa uma "alavanca importante para o desenvolvimento económico".

"O investimento global ronda os dois mil milhões de euros", afirmou, salientando que se trata exclusivamente de financiamento público e comparou com o projecto do aeroporto da Ota. "O aeroporto são cerca de três mil milhões de euros, mas, aí, é essencialmente dinheiro de privados", disse.

Para Luís Ameixa, é também de destacar a antecipação em dez anos da conclusão do projecto de Alqueva, pois, ao contrário da programação inicial que apontava para 2025, o Governo já assumiu, por diversas vezes, que o empreendimento ficará pronto em 2015.

"Esta antecipação tem enorme importância, para a economia local e nacional. Quanto mais depressa estas infra-estruturas agrícolas, para possibilitar o regadio, estiverem construídas, mais rápido se pode começar a produzir riqueza", frisou.

Até 2009, segundo as estimativas já avançadas pela própria empresa, deverão estar criados 30 mil hectares de regadio e, segundo Luís Ameixa, "não há dúvidas" de que estão assegurados os 960 milhões de euros necessários para, até 2015, concluir as obras da vertente agrícola.

"O Governo já determinou o sistema financeiro necessário, assente em três fontes. Uma parte substancial virá do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), outra parte do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o restante são fundos da empresa e do Estado português", disse.

Trata-se, adiantou, de um modelo financeiro que "mereceu críticas de todos os partidos da oposição", mas que "permite que o empreendimento garanta as verbas necessárias e que seja modernizada a agricultura da região".

"Já ouvi alguns dos partidos da oposição criticarem que o Alqueva receba tanto dinheiro, enquanto outros dizem que é tudo para o turismo. Os investimentos turísticos são privados, enquanto este dinheiro público é para a agricultura", disse ainda.

Na conferência de Imprensa, os deputados socialistas fizeram ainda um balanço das reuniões mantidas com a Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva (EDIA) e a Associação de Criadores de Ovinos do Sul (ACOS), entidade organizadora da feira Ovibeja.

PS/Castelo de Paiva tem nova sede

REFORÇAR a qualidade organizativa da Concelhia socialista de Castelo de Paiva e fomentar uma cultura política aberta, através do diálogo, do debate e de uma militância activa e participada, são as metas reassumidas para aquela estrutura local do nosso partido no "Dia da Liberdade", 25 de Abril, altura em que foi inaugurada a nova sede da Rua Sá Carneiro.

Falando aos presentes na cerimónia, o presidente da Concelhia de Castelo de Paiva, Gonçalo

Rocha, afirmou que "a inauguração deste novo espaço significa a concretização de um velho anseio do partido e dá sequência ao nosso compromisso com os militantes".

Na ocasião, em que esteve presente também o líder da Federação de Aveiro, Afonso Candal, homenageou-se, "de forma simples, mas justa", os camaradas com 25 ou mais anos de militância no PS.

Entretanto, o PS de Castelo de Paiva promoveu uma acção de Formação Autárquica, na

sua nova sede, no sábado, 28 de Abril.

A sessão de abertura contou com a participação do líder concelhio, Gonçalo Rocha.

Seguiram-se dois painéis sobre "Competências e Atribuições dos Autarcas Locais" e "A Nova Lei das Finanças Locais", ambos conduzidos por José Luís Barão, adjunto do secretário de Estrado da Administração Local.

A sessão de encerramento contou com a presença de destacados dirigentes do nosso partido. **M.R.**

Encontro de autarcas socialistas do distrito de Beja

O CINE-TEATRO Caridade, em Moura, foi palco de um Encontro Autárquico Distrital promovido pela Federação do Baixo Alentejo do PS, que teve como temas principais o sistema de abastecimento de água e saneamento e a transferência de competências para as autarquias.

No encontro, as críticas às autarquias da CDU que têm imposto em relação ao abastecimento de água e saneamento o sistema intermunicipal foram a nota dominante das intervenções, tendo os participantes defendido que o sistema multimunicipal defendido pelos socialistas é “a melhor opção para servir as populações”, já que, entre outras vantagens, “tem mais capacidade de investimento e é cem por cento público”.

Quanto à transferência de competências consagrada na Lei das Finanças Locais, os participantes concluíram que o novo fundo municipal que delega novas competências nas câmaras nas áreas da educação, saúde e acção social “vai



secretário de Estado Adjunto e de Administração Local, e de Miranda Calha, secretário nacional do PS

Para além de Eduardo Cabrita,

para as Autarquias, esta iniciativa contou ainda com a participação de Luís Pita Ameixa, presidente da

Federação do Baixo Alentejo, e dos autarcas de Odemira e Mértola. O encerramento dos trabalhos esteve a cargo de Marcos Perestrello, deputado eleito por Beja e secretário nacional do PS para a Organização.

Na sua intervenção, Marcos Perestrello passou em revista os dois anos de Governo socialista marcados por vasto conjunto de reformas essenciais à modernização do país e pelo objectivo central de combater o défice público e ao mesmo tempo promover o crescimento económico.

“Estes dois anos foram de mudança, anos em que estamos a enfrentar problemas estruturais do país, que há muito deveriam ter sido enfrentados, mas que só agora houve coragem de o fazer”, disse, sublinhando que “só com o esforço continuado de todos tem sido possível recolocar o país na senda do crescimento económico, no caminho do progresso, da solidariedade e da coesão social, capazes de fazer Portugal alcançar níveis maiores de modernização, de desenvolvimento e de bem-estar para a população”. J. C. C. B.

Câmara de Cabeceiras de Basto quer criar cooperativa para proteger floresta

NUMA iniciativa inédita em Portugal bem recebida pela Direcção-Geral dos Recursos Florestais, o presidente da Câmara de Cabeceiras de Basto, o socialista Joaquim Barreto, propôs a criação de uma cooperativa de interesse público para promover a protecção da floresta municipal.

“A comissão municipal de protecção e defesa da floresta contra incêndios, que integra vários organismos, elabora o plano municipal mas é apenas um órgão deliberativo, torna-se necessário quem execute as políticas traçadas nesse plano”, afirmou Joaquim Barreto.

O autarca do PS falava à margem do seminário “Juntos no Desenvolvimento Integrado da Floresta”, que decorreu num complexo situado no alto da Serra da Cabreira, onde apresentou a proposta de criação de uma “estrutura empresarial que execute as decisões tomadas pela comissão municipal de protecção e defesa da floresta”.

“Propus a criação de uma cooperativa de interesse público, para a qual convidei todas as entidades que integram a comissão municipal”, salientou.

Joaquim Barreto aguarda agora que estas entidades possam reunir “no final de Abril ou princípio de Maio” para analisar e aprovar a proposta de estatutos, de forma a que a nova estrutura possa estar a funcionar quando começar a época de fogos florestais.

“Queremos envolver neste trabalho todas as entidades ligadas à



floresta, queremos estar juntos na execução prática das políticas de defesa da floresta” disse Barreto, frisando que Cabeceiras de Basto possui uma significativa área florestal e uma aptidão natural para o desenvolvimento deste sector económico.

Segundo o autarca, no que se refere à floresta, “temos que agir e não apenas reagir”, considerando que esta pode desempenhar um papel estratégico na consolidação do modelo de desenvolvimento económico e social do concelho de Cabeceiras de Basto.

“É necessário aproveitar a óptima legislação que existe actualmente, mas que tem que ser executada

pelos agentes locais, que estão no terreno, e não pelo governo”, frisou Joaquim Barreto.

Para o director-geral dos Recursos Florestais, Francisco Rego, que participava no seminário organizado pela Câmara de Cabeceiras de Basto, a proposta apresentada pelo presidente da autarquia deve ser estudada, salientando que a figura da cooperativa de interesse público tem sido aplicada com sucesso noutros sectores.

“É uma possibilidade que vale a pena aprofundar”, frisou Francisco Rego, acrescentando que a criação desta estrutura empresarial “é uma solução que pode ser operacionalizada”.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO DEDICADA AO ANO EUROPEU DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

REALIZOU-SE em Portimão, no passado dia 11 de Abril, a primeira Assembleia Municipal dedicada ao Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos – Por uma Sociedade Justa-2007.

A actividade, prevista no âmbito do Plano Nacional de Acção desta iniciativa comunitária, insere-se na estratégia definida pela Estrutura de Missão para a concretização dos objectivos deste Ano Europeu que consistem na valorização da diversidade e no combate às formas de discriminação em função do género, da origem étnica, da idade, da deficiência, da orientação sexual e da religião

Tendo sido definidos como meios eficazes de intervenção a divulgação e promoção dos direitos, da representação, do reconhecimento e do respeito na medida em que se constituem como atitudes cívicas capazes de garantir o exercício efectivo da cidadania, a Estrutura de Missão do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos desenvolveu uma estratégia de intervenção territorializada dos eventos previstos, de modo a garantir o envolvimento de toda a sociedade portuguesa.

Neste sentido, as Assembleias Municipais constituem-se como um meio privilegiado de acção,

na medida em que permitem a visibilidade pública das abordagens relativas à valorização da diversidade e à temática das discriminações, pela participação activa e simultânea dos quadros políticos regionais e da sociedade civil na reflexão e discussão desta problemática.

A Assembleia Municipal de Portimão inaugurou esta dinâmica de trabalho numa sessão que contou com a presença da coordenadora nacional do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, Elza Pais.

Na iniciativa, que teve a participação de mais de uma centena de pessoas, usaram da palavra, além dos representantes políticos deste órgão autárquico, a Comunidade Bahaí, a Associação Guineense, a Associação Lar da Criança de Portimão, a Associação de Deficientes Motores, a Associação Pró-Includere, a Associação de Dadores de Sangue do Barlavento Algarvio e a Associação Esclerose Múltipla do Barlavento que integraram as cerca de duas dezenas de ONG's.

A iniciativa culminou com a aprovação de uma moção onde foi expresso o compromisso inequívoco daquela Assembleia à prossecução dos objectivos gerais do Ano Europeu.

“Não somos só o pa mas também o partido da

Para assinalar os 34 anos da sua fundação, o Partido Socialista reuniu nas instalações da antiga FIL, na Junqueira, em Lisboa, mais de 2 mil militantes num jantar que contou com a presença, entre muitos outros dirigentes, do secretário-geral, José Sócrates, Mário Soares, Almeida Santos e Jaime Gama. Usando da palavra, em primeiro lugar, Soares acusou a direita de estar a atacar “com raiva” o primeiro-ministro, aconselhando Sócrates a prosseguir a sua política com a inteligência “coragem e determinação” como o tem feito até agora.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

MÁRIO Soares começou por afirmar que nunca, como agora, em mais de três décadas de democracia, o país conseguiu reunir uma perspectiva tão sólida e ao mesmo tempo tão segura para um futuro melhor.

Depois de defender que a prestação do Governo no capítulo da política financeira, “e não só”, está já a dar excelentes resultados, com o país a apresentar índices de desenvolvimento e de bem-estar que nos colocam na rota dos restantes parceiros da União Europeia, Soares acusou a oposição de direita de tudo estar a fazer para impedir que o Estado desempenhe o papel social, “daí os ataques ao partido e ao seu secretário-geral”.

Estamos perante uma oposição de direita, “sem rumo, dividida e sem liderança”, uma direita onde campeia a confusão e a falta de objectividade política.

Segundo o ex-presidente da República, Portugal está finalmente a caminho de vencer a crise financeira e as muitas trapalhadas governativas herdadas do anterior Governo liderado pelos partidos de direita, e prestar assim um bom serviço ao país.

Dois anos após ter ganho as eleições legislativas com maioria absoluta, disse Mário Soares, o Governo de José Sócrates está finalmente a inverter o ciclo negativo, económico e social, em que os anteriores governos tinham deixado o país, compreendendo-se mal, por isso, disse, as críticas desfasadas e inoportunas que a direita dirige ao Executivo socialista.

A não ser, recordou Soares, se essas críticas “sem pudor” se encaixem no facto de a direita estar “dividida, sem liderança e sem poder”.

A direita não oferece, na opinião do ex-secretário-geral do Partido Socialista, qualquer alternativa aos problemas com que o país ainda se defronta, “o que é

mau para a democracia”, limitando a refugiar-se no ataque soez, tendo mesmo Mário Soares comparado as “acusações sórdidas e infundadas” ao primeiro-ministro àquelas já vividas antes por Ferro Rodrigues.

Soares aconselhou José Sócrates a prosseguir “com determinação, inteligência e coragem” o caminho que tem trilhado até aqui.

Olhando para o partido, Soares lembrou que o PS tem de ser a consciência crítica do Governo “e não só um seu instrumento de legitimação”, salientando que “há valores socialistas para além do poder”, e isto porque, justificou, o PS “tem uma alma no sentido afectivo da solidariedade com os mais pobres e os mais desfavorecidos”.

Essa fraternidade, acrescentou, entre os que se batem pelos mesmos valores e ideais de justiça social e de desenvolvimento sustentado, constitui a imagem de marca dos socialistas, algo de que “nunca nos devemos esquecer”, devendo constituir mesmo a principal aposta de todas as gerações de socialistas.

Para além do poder, disse ainda Mário Soares, “que é um importante instrumento de acção ao serviço da comunidade”, estão “as ideias, as causas generosas e os valores do humanismo socialista, as principais razões que nos orientam”.

Um partido como o PS, reforçou, não deve ser tão-só um instrumento de legitimação do Governo, mas ter a ambição de ir mais longe e constituir a sua “consciência crítica, a sua seiva democrática e a expressão das inquietações populares”.

Um partido que não está em contacto permanente com os seus eleitores e com a população em geral, disse Soares, corre o risco de deixar de ter a perspectiva exacta dos problemas que afectam a população, reconhecendo, contudo, que esta tarefa não se afigura nada fácil, “sendo por vezes mesmo ingrata” sobretudo, lembrou, quando o partido “como é o caso



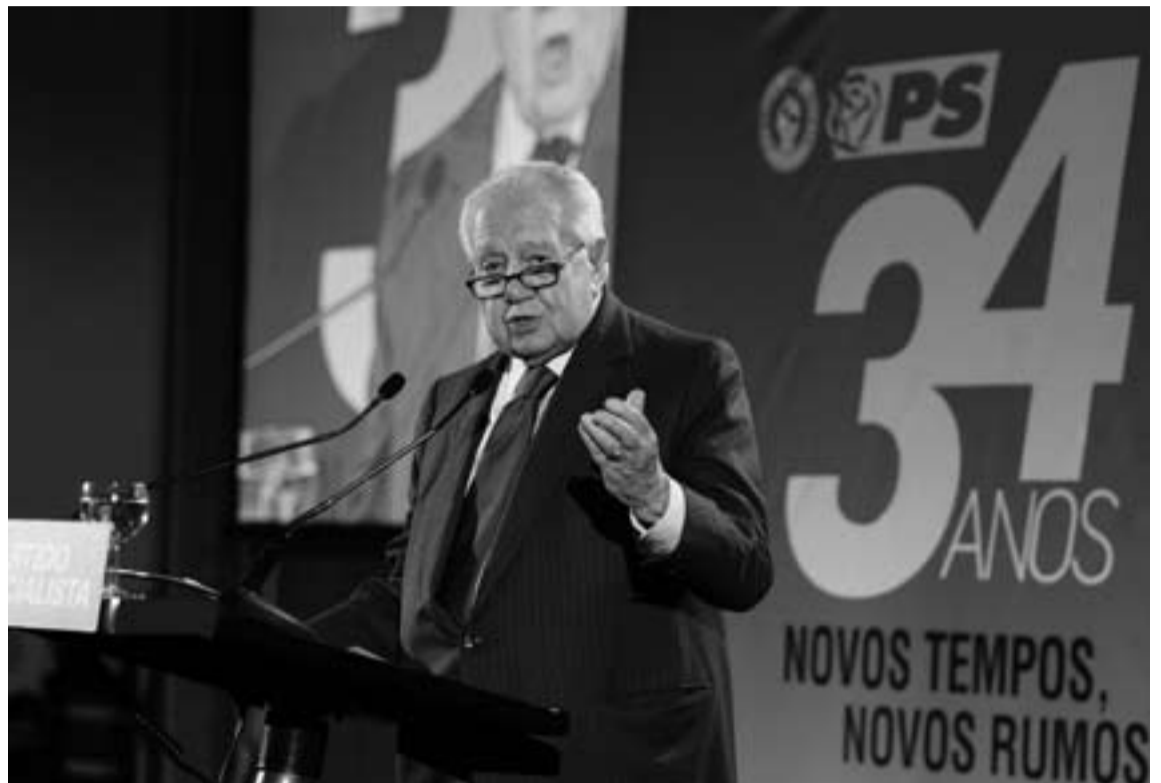
agora” apoia um Governo “asoberbado de problemas, os mais diversos e urgentes”.

“Em dois anos saímos da recessão e entrámos no crescimento”

Depois da intervenção de Mário Soares, coube a vez ao secretário-geral, José Sócrates, que começou por afirmar que o PS sempre se recusou a apoiar uma democracia “meramente formal”, lembrando que os socialistas desde o primeiro dia se batem por uma “democracia de valores”, sustentada na “decência, tolerância e no respeito pelos adversários políticos”.

O PS não é apenas o partido da democracia, mas também “o partido da qualidade da democracia”, porque, como sublinhou, “não se trata apenas de respeitar as regras formais do jogo democrático, do direito ou da realização periódica de eleições”, mas também do “respeito pelos valores da tolerância e do

Partido da democracia “qualidade da democracia”



“

Para além do poder, que é um importante instrumento de acção ao serviço da comunidade, estão as ideias, as causas generosas e os valores do humanismo socialista”

MÁRIO SOARES

respeito pelos adversários”.

Não estamos no Governo, disse, para “servir este ou aquele interesse, esta ou aquela corporação”, mas sim para atender ao interesse geral do país.

Fazendo uma análise dos dois últimos anos, José Sócrates lembrou as reformas “progressistas e civilizacionais” aprovadas pelo seu Governo, como a lei da interrupção voluntária da gravidez (IVG), a reforma da Segurança Social, com a preservação do sistema público, ou, entre outras, o complemento solidário para idosos, para recordar que quem aprova leis destas não pode ser acusado nem de ser de direita, nem tão-pouco de estar ao serviço de interesses alheios ou estranhos à maioria da população.

“Para aqueles que gostam de encher a boca com a palavra esquerda”, disse, “não me lembro de um Governo que tenha feito tanto em dois anos”, dando ainda como exemplos as leis de procriação assistida, os

avultados investimentos em ciência, tecnologia e educação, a aprovação da lei da paridade, ou ainda, ter sido este Executivo o primeiro a fazer cinco acordos de concertação social, o que prova, acrescentou “que não somos um Governo que pauta a sua actividade pela teimosia, como nos acusam”, mas antes um Governo que tem demonstrado uma “enorme abertura para o diálogo e para a concertação”.

Também na vertente económica, lembrou ainda o secretário-geral do PS, o país “saiu da recessão para entrar no crescimento, saiu da desorientação para a existência de um rumo com reformas”.

Desde 2002, lembrou, que Portugal não conseguia atingir índices de confiança económica como aqueles que alcançou este ano, cenário que é sustentado como disse, não no consumo privado, como acontecia até aqui sempre que a riqueza subia em Portugal, “mas com base no sector das exportações”.



“

Este partido não está no Governo para servir este ou aquele interesse, ou uma corporação. O que guia este Governo é o interesse geral”

JOSÉ SÓCRATES



A MADEIRA VAI GANHAR!

ESTAMOS PREPARADOS |



Entusiasmo!

Numa palavra podemos assim definir a campanha do Partido Socialista da Madeira para as Eleições Regionais/2007.

São cada vez mais os madeirenses e porto-santenses que se têm aproximado do PS/M e do seu líder Jacinto Serrão, que se propõe presidir ao Governo Regional da Madeira com um Programa de Governo politicamente arrojado e tecnicamente consistente.

Desta forma, Jacinto Serrão, acompanhado por uma lista de candidatos unanimemente reconhecidos social e profissionalmente pelo rigor e competência, espera fazer face à grave crise económica e social que tem abalado a região.



Mantendo sempre um diálogo franco e aberto com a população, Jacinto Serrão tem demonstrado capacidade para resolver as grandes carências da Região, nunca perdendo de vista a necessidade de imprimir uma nova cultura política de exigência, rigor e responsabilidade contrapondo assim à recorrente linguagem de insulto e boçalidade do Presidente Regional demissionário.

Elegendo o combate ao desemprego - que atinge os maiores índices dos últimos 30 anos - e à pobreza, como as grandes prioridades dum futuro Governo PS, o Partido Socialista propõe-se ainda Governar a Região Autónoma da Madeira apostando na educação e qualificação das pessoas.

Um novo ciclo político que estimule a participação cívica dos madeirenses e em que as pessoas, o território e todas as potencialidades geográficas, sociais, culturais da região, são potenciadas para novas oportunidades de vida, com mais qualidade, segurança e desafogo social para todos.



Com o PS a Madeira vai ganhar!



Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa